

Índice

LISTA DE TABELAS	2
LISTA DE QUADROS.....	2
LISTA DE FIGURAS	3
LISTA DE MAPAS	3
1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)	4
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS	9
2.1. MODELOS DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS	10
2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	13
2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL	13
2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	15
2.3. PRIORIDADES DE DEFESA	17
3. EIXOS ESTRATÉGICOS	18
3.1 - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	19
3.1.1 - REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS (FGC) E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS.	19
3.1.2 - REDE VIÁRIA FLORESTAL	23
3.1.3 - REDE DE PONTOS DE ÁGUA	27
3.1.4. SILVICULTURA NO ÂMBITO DFCI	30
3.1.5. CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE REGIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (RDFCI)	31
3.1.5. MAPAS SÍNTESE.....	39
3.1.6. METAS, INDICADORES, ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS	45
3.2 - REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS.....	47
3.2.1 - SENSIBILIZAÇÃO	49
3.2.2 - FISCALIZAÇÃO.....	52
3.3 – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS.....	56
3.3.1 MEIOS E RECURSOS.....	56
3.3.2 -SETORES TERRITORIAIS DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO (LEE).....	58
3.3.3 - VIGILÂNCIA E DETEÇÃO	59
3.3.4 - 1ª INTERVENÇÃO	61
3.3.5 - COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO.....	62
3.3.6. PLANEAMENTO DAS AÇÕES	64
3.4 – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS	66
3.5 – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ.....	67
3.5.1. – ORGANIZAÇÃO SDFCI	68
ANEXOS.....	72
ANEXO I.....	73
ANEXO II.....	76

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Descrição dos modelos de combustível.....	10
Tabela 2 – Objectivos e Metas do PMDFCI.....	18
Tabela 3 - Distribuição por freguesia da faixa e mosaico de parcela de gestão de combustível.....	22
Tabela 4 - Distribuição total da área ocupada por faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível.....	23
Tabela 5 - Distribuição da rede viária florestal por freguesia	25
Tabela 6 - Capacidade da Rede de Pontos de Água por freguesia	30
Tabela 7 - Silvicultura preventiva no Âmbito DFCI.....	31
Tabela 8 - Distribuição da Rede Viária por Freguesia.	36
Tabela 9- Intervenções na Rede de Pontos de Água.	39
Tabela 10 - Metas e Indicadores	45
Tabela 11 - Orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, 2013 – 2017	46
Tabela 12 - Sensibilização – orçamentos e responsáveis	51
Tabela 13 – Meios e recursos, ação e inventário de equipamento e ferramenta de sapador	57
Tabela 14 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção.....	59
Tabela 15 – Índice (número de ocorrências florestais e numero de equipas).....	62
Tabela 16 – Reacendimentos.....	62
Tabela 17 – Programa de Formação – Orçamento Anual.....	70

Lista de Quadros

Quadro 1 – Comportamento de Risco - Diagnóstico.....	48
Quadro 2 - Sensibilização – Metas e indicadores.....	50
Quadro 3 - Fiscalização – Metas e Indicadores.....	54
Quadro 4 - Fiscalização – Orçamentos e Responsáveis	55
Quadro 5 – Planeamento das Ações – Metas e Indicadores.	64
Quadro 6 – Planeamento das Ações – Orçamento e responsáveis.....	65
Quadro 7 – Entidades Intervenientes no SDFCI, e competências na implementação das diferentes ações.....	69
Quadro 8 – Orçamento Total (euros).....	71

Lista de Figuras

Figura 1 - O PMDFCI e a sua ligação hierárquica com outros instrumentos gestão territorial	6
--	---

Lista de Mapas

Mapa 1 - Mapa dos Combustíveis Florestais do Concelho de Vagos.	12
Mapa 2 – Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Vagos.	14
Mapa 3 - Mapa de Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Vagos.	16
Mapa 4 – Mapa de Prioridades de Defesa do Concelho de Vagos.	17
Mapa 5 – Mapa de Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível do Concelho de Vagos.	21
Mapa 6 - Mapa da rede viária florestal do Concelho de Vagos.	24
Mapa 7 - Mapa da rede de pontos de água do Concelho de Vagos.	29
Mapa 8 - Mapa de construção e manutenção de Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível do Concelho de Vagos para 2013 – 2017.	33
Mapa 9 - Mapa de construção e manutenção da Rede Viária Florestal do Concelho de Vagos para 2013 – 2017.	35
Mapa 10 - Mapa de construção e manutenção da Rede Pontos Água do Concelho de Vagos para 2013.	38
Mapa 11 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2013.	40
Mapa 12 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2014.	41
Mapa 13 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2015.	42
Mapa 14 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2016.	43
Mapa 15 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2017.	44
Mapa 16 – Mapa de Zonas Prioritárias de dissuasão e Fiscalização do Concelho de Vagos.	53
Mapa 17 - Mapa dos setores territoriais de DFCI e LEE do Concelho de Vagos.	58
Mapa 18 - Mapa da Vigilância e Detecção do Concelho de Vagos.	60
Mapa 19 - Mapa da 1ª Intervenção do Concelho de Vagos.	61
Mapa 20 - Mapa de Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio do Concelho de Vagos	63

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

A dimensão e o potencial destrutivo dos incêndios, verificados no ano de 2003, colocaram a problemática dos incêndios florestais em Portugal na agenda política, social, económica e ambiental. É neste contexto que através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 se aprovou o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

O Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, define a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios como forma de implementação do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, seguindo a estrutura tipo definida pelo Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, enquadrando-o também com os instrumentos de planeamento e gestão territorial, nomeadamente os planos regionais de ordenamento do território e de ordenamento florestal, planos setoriais da Rede Natura 2000, planos de ordenamento da orla costeira, entre outros.

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

No PNDFCI que visa concretizar determinados objectivos assente em cinco eixos estratégicos de atuação:

- Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;
- Reduzir a incidência dos incêndios;
- Melhorar a eficácia e eficiência do ataque e da gestão dos incêndios
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
- Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Através da reforma do setor florestal, estes objetivos abrangem propósitos mais amplos, entre os quais:

- Garantir o envolvimento ativo dos cidadãos na defesa dos espaços florestais;
- Promoção do ordenamento dos espaços florestais e a sua gestão sustentável;
- Consolidação do sistema de prevenção, deteção e primeira intervenção na defesa da floresta contra incêndios;
- Aproximação dos serviços das populações;

- Partilha de responsabilidades com as organizações do setor.

O PNDFCI define também, o reforço da organização municipal, onde serão integradas as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, através da elaboração e execução do PMDFCI, considerando-o como “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”.

A operacionalização do PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª Intervenção e combate, é concretizada através de um "Plano Operacional Municipal (POM) ", que particulariza a execução destas ações de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do PMDFCI, e regula a articulação entre entidades e organismos, com vista ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- Desenvolver um sistema de deteção e vigilância articulado e eficaz;
- Mobilizar rapidamente os meios de combate;
- Extinguir os incêndios na sua fase inicial;
- Diminuir o número de reacendimentos;
- Evitar o risco para a população, seus bens e atividades.

Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios de Aveiro

O PDDFCI de Aveiro pretende estabelecer a estratégia distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), através de medidas de planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades e de acordo com os objetivos resultantes do PNDFCI e em concordância com o PROF do Centro Litoral. O planeamento distrital, através do PDDFCI, desempenha a função intermédia de planeamento, apresenta um enquadramento estratégico e caracteriza-se pela ordenação e organização das ações e dos objetivos definidos no PNDFCI a uma escala distrital.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) tem por objetivo constituir uma ferramenta, a nível do Concelho, que permita a implementação das disposições presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O PMDFCI assenta em 5 eixos estratégicos de atuação: aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, redução da incidência dos incêndios, melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas e

adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. Este Plano enquanto base para a elaboração do PMDFCI, define a política e as medidas para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a médio e a longo prazo, particularmente através de planos de prevenção, de sensibilização, de vigilância, de deteção, de supressão, e de coordenação de meios e agentes envolvidos, para os quais define objetivos e metas, a sua calendarização, orçamentação, e respetivos indicadores de execução e desempenho.

A implementação do PMDFCI, com um horizonte de Planeamento de 5 anos, irá permitir desenvolver um conjunto de ações com o objetivo claro de diminuir o número de ocorrências, bem como a área afetada pelos incêndios florestais.

Plano de carácter obrigatório, conforme o disposto no número 4 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, constitui um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objetivos definidos no PNDFCI.

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza urbana, peri-urbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais. É neste contexto que é operacionalizada e implementada a estratégia de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a nível do município, com os vários instrumentos de gestão a nível local, regional e nacional, (figura 1).

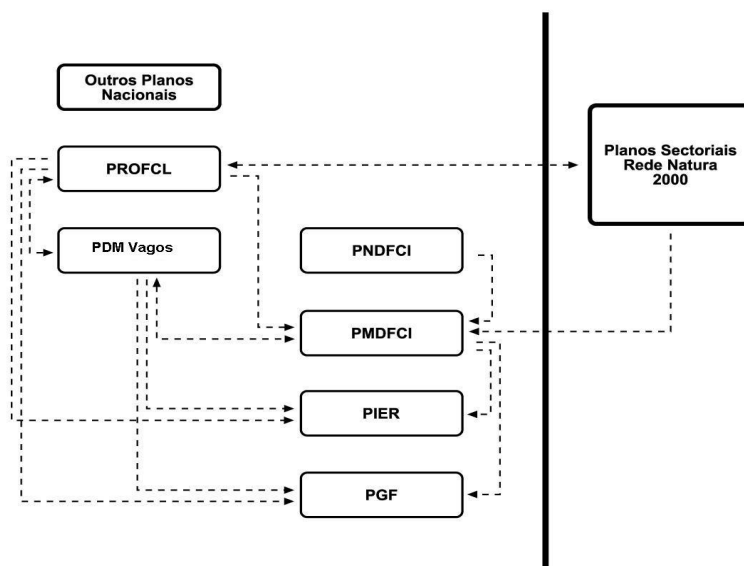


Figura 1 - O PMDFCI e a sua ligação hierárquica com outros instrumentos gestão territorial

A profunda alteração ao nível do planeamento, originando com que os Municípios passem a definir políticas de intervenção na floresta e o reforço da capacidade técnica, quer com a revisão do suporte legislativo ao nível das políticas de prevenção quer com mudanças ao nível de procedimentos, são os objetivos primordiais deste plano”

O aumento das áreas de gestão ativa associado à criação de redes de gestão de combustível, ao alargamento do uso de técnicas de fogo controlado e a criação de faixas de proteção são igualmente objetivos de nível Nacional que serão adotados ao nível Municipal através de ações concretas no terreno.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROFCL), Vagos tem grande potencial de produção florestal e um elevado potencial de caça e pesca.

O concelho de Vagos, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/2006, de 21 de julho, e compreende três sub-regiões homogéneas: a sub-região Ria e Foz do Vouga, a sub-região Dunas Litorais e Baixo Vouga, e a sub-região Gândaras Norte. A Sub-região homogénea Dunas Litorais e Baixo Vouga tem um carácter de proteção da rede hidrográfica, ambiental, microclimática, de recreio e interesse paisagístico, e também de desenvolvimento da prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais. A Sub-Região homogénea Ria e Foz do Vouga tem um carácter fundamentalmente de conservação de habitat de flora e fauna e de recreio, e interesse paisagístico. A função de proteção está também presente no âmbito do controlo de cheias e das margens dos cursos de água. Por fim, a sub-região Gândaras Norte está orientada, preferencialmente, para a produção de material lenhoso, como o eucalipto e o pinheiro. A proteção do solo inserido nas zonas húmidas é também uma função fundamental.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento das políticas de ordenamento do território e de ambiente, visa a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Compreende as áreas classificadas como zonas de proteção especiais (ZPE) e zonas especiais de Conservação (ZEC) englobando a diretiva aves e a diretiva habitats.

Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento de política de ordenamento do território e modelo de organização que assente na identificação das especificidades dos recursos naturais e territoriais. O PDM pretende acautelar, a programação e respetiva concretização das políticas com incidência no território, promovidas pela Administração Central através de Planos Setoriais.

Apesar do PMDFCI não se encontrar enquadrado pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, é, transferido para o PDM um conjunto de obrigações.

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) a área do Concelho apresenta classes de ocupação e classificação condicionadas pelo uso potencial e especificidades do território. Estão incluídas neste espaço as áreas delimitadas na planta de ordenamento do Concelho com diversas classificações incluindo as áreas da RAN e da REN. O espaço florestal no território é classificado como sensível do ponto de vista do risco de incêndio.

Plano de Ordenamento da Orla Costeira / Ovar – Marinha Grande

O POOC de Ovar – Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de Outubro, apresenta como objectivos gerais, diferentes usos e acções específicas da orla costeira: classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos, a orientação do desenvolvimento de atividades específicas da orla costeira, e a defesa e conservação da natureza. As áreas naturais integradas no POOC correspondem aos espaços com importância para a conservação dos recursos e do património natural existentes, estando interditas atividades que promovam alteração do coberto vegetal, exceto quando decorrente das práticas normais da gestão agrícola e florestal. Desta forma, não se verificam limitações relativamente às ações de gestão de combustíveis nos espaços florestais integrados nestas áreas naturais.

Plano de Bacia Hidrográfica do Baixo Vouga

O Plano de Bacia Hidrográfica do Baixo Vouga, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2002, de 14 de março, recai sobre a bacia hidrográfica do rio Vouga, definindo os objetivos ambientais de curto, médio e longo prazo, assim como descreve as propostas de medidas e ações e estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e ações selecionadas. Tem um âmbito de aplicação temporal máximo de oito anos, apresentando um diagnóstico da situação de referência, sobre as

necessidades/disponibilidades de água e sua eficiência, as situações hidrológicas extremas e de risco e a informação e conhecimento dos recursos hídricos.

De acordo com os objetivos estratégicos, na área da conservação da natureza deve-se assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário, promovendo, entre outras ações, a preservação e ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária, nomeadamente das áreas classificadas, das galerias ripícolas e do estuário. Desta forma, as ações de intervenção de gestão dos espaços florestais deverão promover a preservação e beneficiação de galerias ripícolas.

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

Existe um conjunto de fatores que contribuem para a ignição e propagação dos incêndios florestais. Alguns, de natureza física como a topografia, o clima ou a vegetação são relativamente estáveis num dado lugar. Outros estão associados à atividade humana ou às condições climáticas e variam consideravelmente no tempo (DGF, 2002).

Esta complexidade explica porque os incêndios não ocorrem em igual número e intensidade nos diversos dias e locais e justifica a importância do conhecimento de um conjunto de características biofísicas, fisiográficas, sociais e históricas, altamente relacionadas com: (1) a vulnerabilidade do território aos incêndios florestais, traduzida no potencial de um determinado complexo combustível se inflamar e de suportar a propagação de um fogo, com base nas suas características estruturais, no seu estado vegetativo e localização; (2) e com um maior ou menor risco de incêndio, ou seja, com a probabilidade de se iniciar um incêndio devido à presença de agentes causais (DGF, 2002).

2.1. MODELOS DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

As características dos combustíveis, constituem um dos fatores, a considerar, na medida em que a ocorrência de incêndios está diretamente relacionada com o teor de humidade da carga combustível.

A classificação implementada, na caracterização e cartografia das estruturas da vegetação, do ponto de vista do comportamento em caso de incêndio florestal, rege-se pela classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory, adaptada pelo ICONA, para a Península Ibérica, descrita no guia técnico para a elaboração do PMDFCI. Os modelos de combustível variam entre um e treze, e estão relacionados com a quantidade de combustível de determinado local, e com o perigo de incêndio e a dificuldade de combate.

Tabela 1 – Descrição dos modelos de combustível.

Modelo	Descrição
1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
3	Pasto contínuo, espesso e (≥ 1 m) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.
4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.

6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.

A análise do Mapa de Combustíveis Florestais, permite evidenciar que no Concelho de Vagos estão presentes sete modelos diferentes de combustíveis. Através da análise do Mapa 1, constata-se que os modelos com maior área significativa, correspondem a áreas de espécies de resinosas, Modelo 6, e áreas agrícolas, Modelo 1.



2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

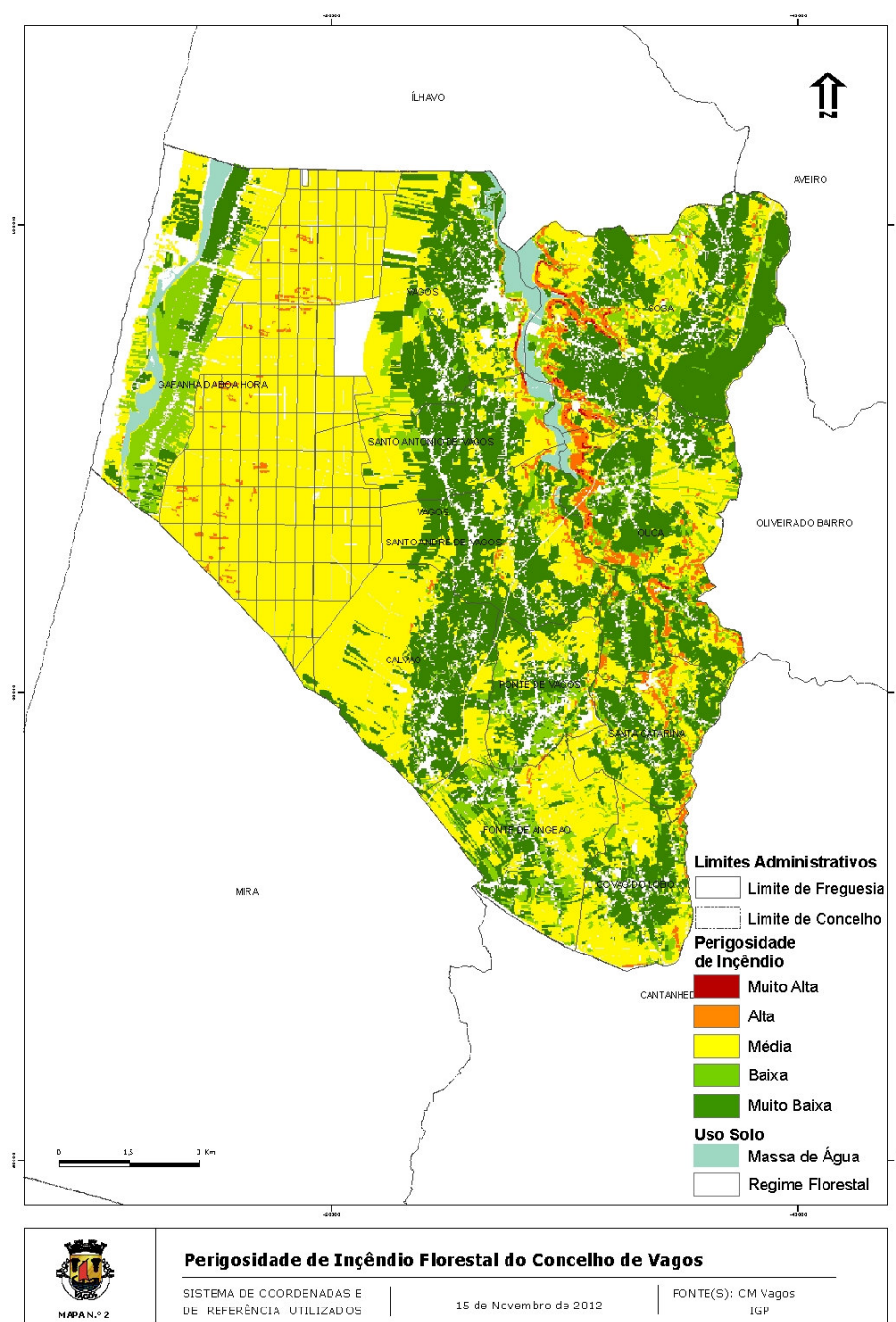
2.2.1. Perigosidade de incêndio florestal

O mapa da perigosidade elaborou-se mediante indicações do guia metodológico para a elaboração deste plano (AFN, 2017). A perigosidade conjuga a probabilidade e a suscetibilidade. A probabilidade traduz a verosimilhança de ocorrência de um fenómeno num determinado local em determinadas condições. A suscetibilidade expressa as condições que o território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. Assim, a perigosidade é a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso. A probabilidade, foi calculada tendo por base o histórico dos incêndios florestais.

Segundo o guia metodológico, é utilizado um período de 10 anos (2001 – 2011). É evidenciado no guia, o facto que, um incêndio que não se repete nesse horizonte temporal mais que uma vez, não é considerado gravoso, logo toma o valor de inexistente. No Concelho de Vagos apenas se verificou, durante o período retratado, um incêndio florestal relevante. Deste modo a carta da perigosidade terá unicamente como critérios o cálculo da suscetibilidade. A suscetibilidade calculou-se mediante cruzamento da reclassificação da carta do uso do solo (classes de suscetibilidade) e dos declives.

Combinando a probabilidade e a suscetibilidade, este mapa apresenta o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno.

O Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal apresenta a distribuição dos vários níveis de perigosidade do Concelho de Vagos. A análise do mesmo revela que os valores de perigosidade 4 e 5 (alta e muito alta) localizam-se, principalmente, nas áreas de inclinação acentuada, precisamente na proximidade de linhas de água e formações dunares da Mata Nacional das Dunas de Vagos. Os valores de perigosidade média representam a maioria do Concelho, constituídos por povoamentos florestais contínuos. Em branco, representam-se as massas de água, vias de comunicação, edificado e dunas primárias existentes no Concelho, assim como Zona Industrial de Vagos.



Mapa 2 – Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Vagos.

2.2.2. Risco de incêndio florestal

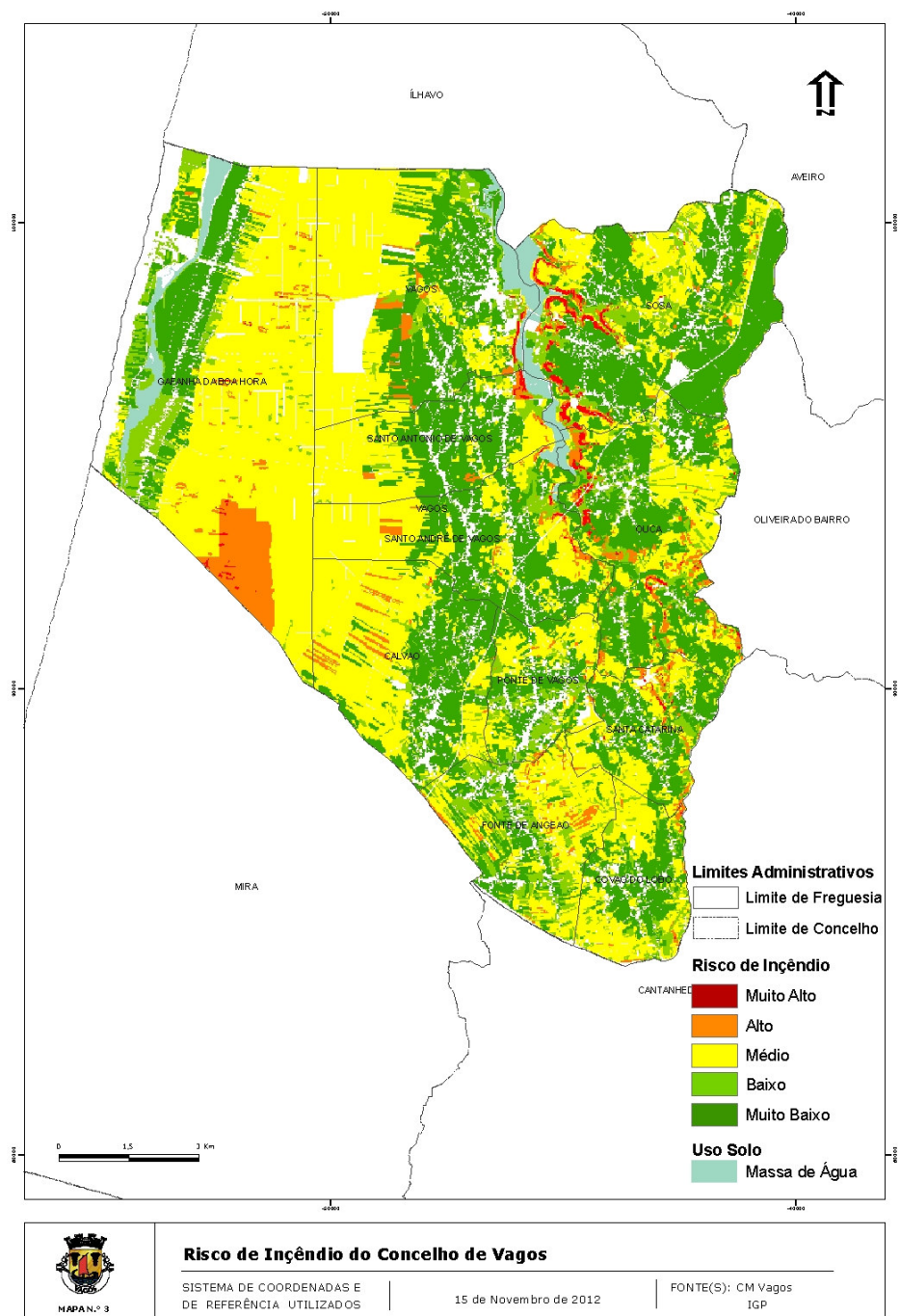
O risco é a possibilidade ou probabilidade de se iniciar um incêndio devido á presença de agentes causais (DGRF, 2006).

Este conceito pressupõe a introdução de um risco específico obtido através do fator vulnerabilidade, acrescido do valor económico, associado a diferentes ocupações de solo. A metodologia adotada encontra-se descrita no Guia técnico para a elaboração do PMDFCI, que consiste no cruzamento do fator vulnerabilidade e valor, com a cartografia de perigosidade de incêndio florestal. O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno.

Numa aplicação direta aos incêndios florestais, o risco é “ a probabilidade de que um incêndio florestal ocorra, num local específico, sob determinadas circunstâncias, e as suas consequências esperadas, caracterizadas pelos impactos nos objetos afetados”.

Os valores de referência ao fator vulnerabilidade e valor encontram-se no Guia técnico para a elaboração do PMDFCI.

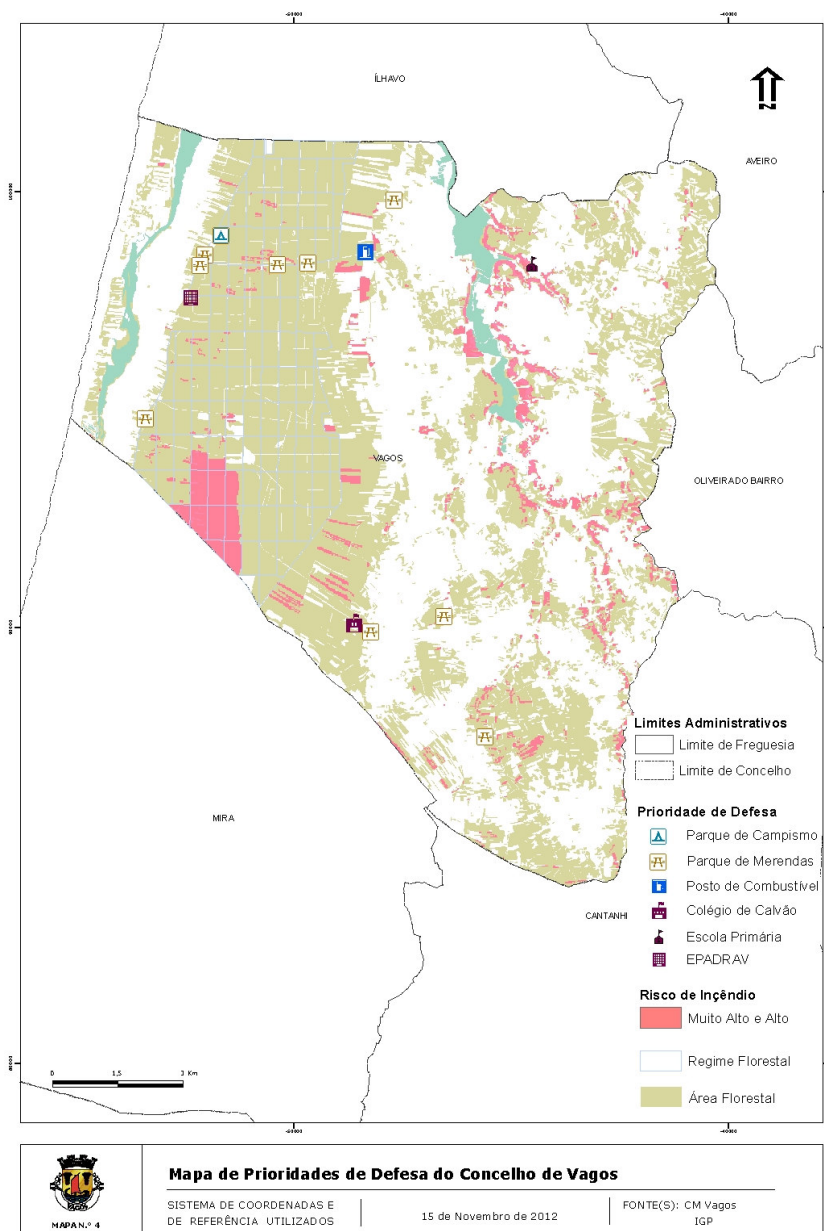
A análise do Mapa de Risco de Incêndio, Mapa 3, evidencia as manchas florestais com risco alto associado, que correspondem ao grau de risco com maior representatividade.



Mapa 3 - Mapa de Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Vagos.

2.3. PRIORIDADES DE DEFESA

O objetivo do mapa de prioridades de defesa, Mapa 4, consiste na clara identificação dos elementos de interesse a proteger. Como tal, foram incluídos nesta cartografia as escolas, os parques de merendas, o parque de campismo, bombas de Combustível, inseridos ou confinantes com espaços florestais, e áreas de ocupação florestal de dimensão relevante.



Mapa 4 – Mapa de Prioridades de Defesa do Concelho de Vagos.

3. EIXOS ESTRATÉGICOS

Com a integração e compatibilização deste Plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), os Planos Regionais e Municipais de Ordenamento Florestal (PROF e PMOF) o Plano Diretor Municipal (PDM), é possível assim definir os objetivos estratégicos deste Plano para os próximos 5 anos, onde se pretende desenvolver todas as ações que assentam na Política Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Deste modo é possível definir claramente as metas a atingir e, qual o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta local contra incêndios, de forma a funcionarem coordenadamente para maximizar a sua eficácia.

Os objetivos deste Plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação, assentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

2º Eixo Estratégico – Redução da incidência de incêndios

3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão aos incêndios

4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas

5º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Tipologia do Concelho de Vagos

O Concelho de Vagos, relativamente à tipologia do mesmo, resulta da definição, pelo ICNF, com base no número de ocorrência e área ardida de cada concelho, de forma a distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Assim, e de acordo com a divisão dos municípios do território Continental, o concelho classifica-se de primeira tipologia (T1), poucas ocorrências e pouca área ardida.

Tabela 2 – Objectivos e Metas do PMDFCI.

Objetivos e Metas	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Sensibilização da população	A CMDF promove as necessárias ações anualmente				
Redução de n.º ocorrências	Ocorrências: <40/ano	Ocorrências: <38/ano	Ocorrências: <36/ano	Ocorrências: <34/ano	Ocorrências: <32/ano
Redução da área ardida	Média da área ardida no período 2013 – 2017				
Redução de n.º reacendimentos	Média de n.º de reacendimentos no período 2013 – 2017				

3.1 - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Neste eixo de atuação torna-se importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustíveis, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resistentes à ação do fogo.

Os objetivos no presente eixo, pretendem-se concretizar através do n.º 1 do Artigo 15º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho, revogado pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, o qual define os espaços florestais sujeitos à obrigatoriedade de gestão de combustíveis próximo das diferentes infraestruturas existentes no Concelho, o qual operacionaliza, ao nível municipal, as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação Regional e Nacional.

A produção excessiva de legislação e a sua fragmentação com a contínua necessidade de reajustar aspetos de âmbito fiscal dirigidos ao setor florestal tem dificultado a implementação das políticas e estratégias nacionais para o setor.

É importante promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, designadamente povoamentos florestais com valor económico, interesse natural e paisagístico, bem como todas as áreas integradas em matas nacionais, perímetros florestais e áreas protegidas.

As boas práticas de gestão florestal estão na base de uma política eficaz de proteção e prevenção de incêndios, sendo este o objetivo estratégico do 1º eixo.

Neste, são igualmente contempladas ações como infraestruturas de prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais e silvicultura preventiva.

3.1.1 - Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.

O Decreto-Lei nº 124 / 2006 de 28 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de janeiro, refere a gestão dos combustíveis existentes é realizada

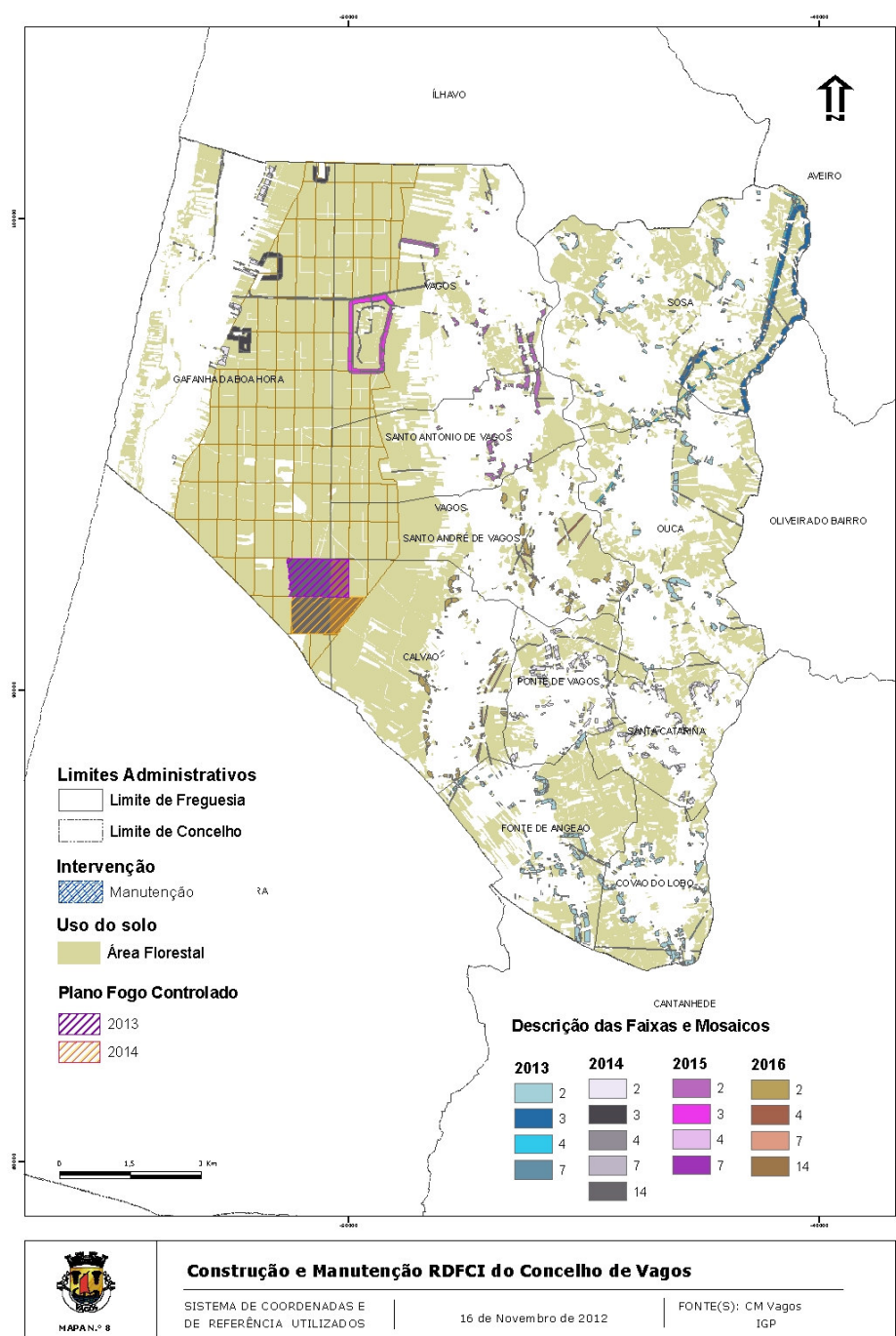
através de faixas e de parcelas, situadas em locais estratégicos para a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação e/ou remoção total ou parcial da biomassa.

O principal objetivo da Rede de faixas de Gestão de Combustível, que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias e os Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, é sem dúvida a redução do risco de incêndio, através da redução de combustíveis e facultando o combate a incêndios florestais.

A responsabilidade de execução das faixas de gestão de combustível, dos mapas seguintes, será executada de forma hierárquica decrescente, ou seja, de acordo com a natureza das infraestruturas, nacional, regional, distrital e municipal. Pelo exposto, a responsabilidade de execução apresentam-se da seguinte forma; Auto-estrada e Rede eléctrica e Estradas Nacionais, Parques e Polígonos Industriais, estradas municipais e aglomerados urbanos.

Os meios de financiamento necessários á execução das faixas de gestão e mosaicos decorrem da respetiva entidade proprietária ou gestora. Não se prevêem, para a proposta de concretização de planeamento apresentado, meios de financiamento adicionais.

O Mapa seguinte apresenta as Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível aplicáveis ao Concelho de Vagos. Sendo estas, as faixas de gestão de combustíveis afetas á, rede viária regional e nacional, aglomerados urbanos, rede eléctrica nacional, e parques e polígonos industriais.



Mapa 5 – Mapa de Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível do Concelho de Vagos.

Os próximos quadros pretendem explicar a distribuição da área ocupada por descrição da faixa de gestão, em hectares e em percentagem, por freguesia.

Tabela 3 - Distribuição por freguesia da faixa e mosaico de parcela de gestão de combustível

Freguesia	Descrição da faixa/mosaico	Área (ha)
Calvão	2	28,7
	4	5,8
	7	3,5
	14	67,4
	SUB-TOTAL	105,3
Covão do Lobo	2	35,6
	4	3,5
	7	2,2
	SUB-TOTAL	41,3
Fonte de Angeão	2	53,5
	4	3,9
	7	2,5
	SUB-TOTAL	59,8
Gafanha da Boa Hora	2	17,4
	4	34,1
	3	3,4
	7	6,9
	14	133,9
	SUB-TOTAL	195,7
Ouça	2	41,0
	4	9,6
	7	3,5
	SUB-TOTAL	54,2
Ponte de Vagos	2	38,0
	4	0,8
	7	3,6
	SUB-TOTAL	42,5
Soza	2	38,7
	4	75,6
	3	22,4
	7	2,4
	SUB-TOTAL	139,2
Vagos	2	28,3
	4	40,3
	3	3,5
	7	10,4
	SUB-TOTAL	82,6
Santo António de Vagos	2	25,0
	4	0,7
	7	2,2
	SUB-TOTAL	27,9
Santo André de Vagos	2	28,3
	4	7,6
	7	4,4
	SUB-TOTAL	40,4
Santa Catarina	2	34,4
	4	0,7
	7	2,2
	SUB-TOTAL	37,3

A análise da Tabela 2 permite concluir, de que, as freguesias, Fonte de Angeão, Ouca e Ponte de Vagos e Soza, apresentam a maior área de gestão de combustíveis, relativas a os aglomerados populacionais, a intervir, perfazendo cerca de 171,2 hectares de área do Concelho. As freguesias de Vagos, Gafanha da Boa-Hora e Soza, apresentam uma área aproximada de 150 hectares sujeitos à diminuição/manutenção dos combustíveis.

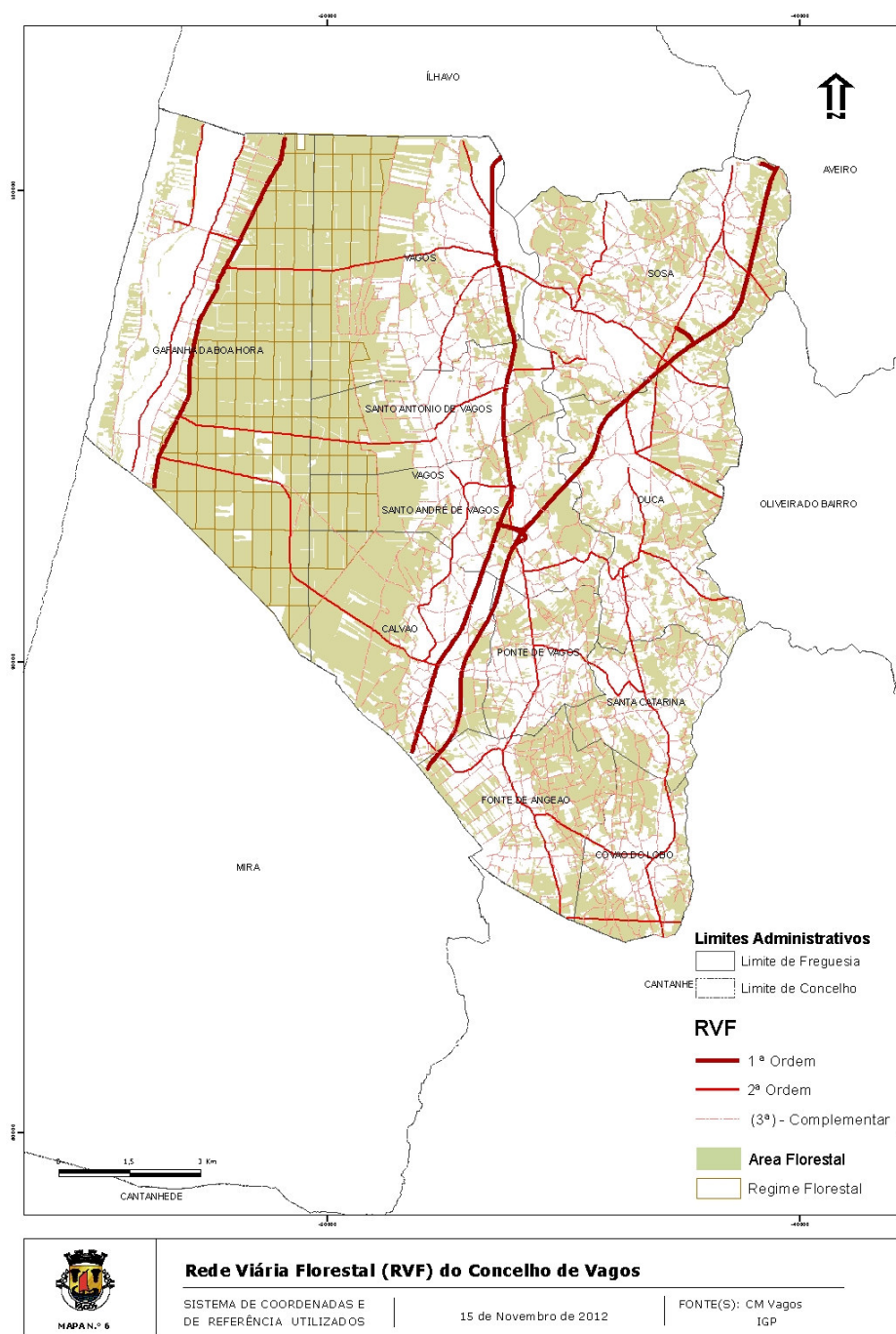
As Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível foram classificadas em cinco tipos: aglomerados populacionais, rede viária florestal, parques e polígonos industriais, linhas de alta tensão e silvicultura no âmbito DFCl. No entanto, destacam-se os aglomerados populacionais com uma área de 368 hectares em relação de área do Concelho, assim como os parques e polígonos industriais com cerca de 150 hectares, como se pode observar através da Tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição total da área ocupada por faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

Código da descrição da faixa/mosaico	Área (ha)
TOTAL 2	368,9421
TOTAL 3	150,1057
TOTAL 4	61,90712
TOTAL 7	43,78516
TOTAL 14	201,2995
TOTAL FGC E MOSAICOS	826,0396

3.1.2 - Rede Viária Florestal

A existência de uma rede viária florestal suficientemente densa e, sobretudo, com boas condições de acessibilidade facilita nas intervenções de deteção e de combate a incêndios florestais. A melhoria das acessibilidades também favorecerá à partida, as ações de gestão de povoamentos florestais, condicionando o risco de incêndio.



Mapa 6 - Mapa da rede viária florestal do Concelho de Vagos.

A rede viária florestal, do concelho de Vagos, compreende um conjunto de vias de ligação integradas nos espaços florestais e rurais que pretendem dar suporte à sua gestão, com funções que incluem o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais.

A multiplicidade de funções que a rede viária florestal desempenha, será de salientar, em especial o acesso a aglomerados populacionais, aos povoamentos e produtos florestais e ao recreio no espaço rural, todas elas integradas no planeamento florestal.

A rede viária florestal assume um papel central nas diferentes vertentes da proteção civil e do sistema de defesa da floresta contra incêndios, garantindo o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva e infraestruturização, para as ações de vigilância, intervenção e combate.

O Decreto-Lei 17/2009 de 14 de janeiro preconiza o conceito de rede viária florestal e determina a normalização da classificação e numeração dessa rede viária florestal. Porem, deste modo, será de integrar na rede viária florestal, quaisquer via de comunicação que atravessem ou permitam o acesso aos espaços florestais incluindo designadamente: vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional, vias classificadas integrantes do Plano dos Caminhos Municipais. A rede viária florestal divide-se nas seguintes categorias: Rede viária florestal fundamental - garantindo o rápido acesso a todos os pontos do maciço florestal, a ligação entre as principais infraestruturas de DFCL e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, subdividindo – se em duas categorias, vias de 1ª ordem fundamental e vias de 2ª ordem fundamental e rede viária florestal complementar, a que engloba as restantes vias de eventual importância para a gestão florestal e para todas as funções ligadas DFCL.

Com base na classificação anterior, e as classificações de acordo com a zona de Numeração, Litoral Norte (LKNB) e Gândara Da Bairrada (GB), elaborou-se o Mapa 6.

Tabela 5 - Distribuição da rede viária florestal por freguesia

Freguesia	Vias da RVF (Rede_DFCL)	Designação	Metros	Per. (%)
Calvão	1ª Ordem	A17	4386	29,17
		EN 109	4060	27,00
	2.ª Ordem	EM 594	2972	19,76
		EM 594-4	3037	20,20
		EM 598-2	582	3,87
		GB.3	13229	26,44
	Complementar	LN.3	36813	73,56
SUB-TOTAL RVF			65079	
Covão do Lobo	2ª Ordem	EN 334	2044	29,12
		EN 535	3635	51,78
		EN 599	1341	19,10
	Complementar	GB.3	34774	100,00
		SUB-TOTAL RVF	41794	
Fonte de Angeão	1ª Ordem	A17	58	0,78
		EN 334	358	4,80
	2.ª Ordem	EM 598	3981	53,34
		EM 598-2	1635	21,91

		EM 599	1432	2,37
	Complementar	GB.3	60407	100,00
	SUB-TOTAL RVF		67871	
Gafanha da Boa Hora	1. ^a Ordem	EF 1	8061	32,60
	2. ^a Ordem	EN 592	2531	10,23
		EM 591	2972	12,02
		EM 591-1	660	2,67
		EM 593	2185	8,84
		EM 594 - 1	3034	12,27
		EM 594 - 4	5287	21,38
	Complementar	LN.3.	26849	100,00
	SUB-TOTAL RVF		51579	
Ouça	1. ^a Ordem	A17	2129	14,25
	2. ^a Ordem	EN 333	713	4,77
		EN 333-1	3260	21,82
		EM 585	6027	40,33
		EM 598	2814	18,83
	Complementar	GB.3	63683	100,00
	SUB-TOTAL RVF		78626	
Ponte de Vagos	2. ^a Ordem	EN 598	3285	69,09
	Complementar	EN 598-1	1470	30,91
		GB.3	36525	100,00
	SUB-TOTAL RVF		41280	
Soza	1. ^a Ordem	A17	7023	32,54
	2. ^a Ordem	EN 333	4175	19,34
		EN 335	3282	15,21
		EM 585	3541	16,41
		EM 587	2714	12,57
		EM 595	848	3,93
	Complementar	GB.3.	91263	100,00
	SUB-TOTAL RVF		112846	
Vagos	1. ^a Ordem	EN 109	4189	30,47
	2. ^a Ordem	EN 333	1062	7,73
		EM 590	1771	12,88
		EM 593	3835	27,90
		EM 594	2890	21,02
		GB.3	1019	1,84
	Complementar	LN.3.	54361	98,16
	SUB-TOTAL RVF		69127	
Santo António de Vagos	1. ^a Ordem	EN 109	2099	27,29
	2. ^a Ordem	EM 594-2	1804	23,45
		EM 594-4	2523	32,80
		EM 595	1266	16,46
	Complementar	GB.3	4338	14,47
		LN.3.	25650	85,53
	SUB-TOTAL RVF		37680	
Santo André de Vagos	1. ^a Ordem	A17	4092	28,52
	2. ^a Ordem	EN 109	3093	21,55
		EM 594	1867	13,01
		EM 594-3	1051	7,32
		EM 596	2293	15,98
		EM 598	1954	13,62
	Complementar	GB.3	25968	61,57
		LN.3	16209	38,43
	SUB-TOTAL RVF		56527	
Santa	2. ^a Ordem	EN 585	2903	64,31

Catarina	EN 598-1	1611	35,69
	Complementar GB.3	32658	100,00
SUB-TOTAL RVF		37172	

TOTAL RVF 1ª ORDEM	39190	5,95
TOTAL RVF 2ª ORDEM	96645	14,47
TOTAL RVF COMPLEMENTAR	523746	79,58
TOTAL RVF	659.581 Metros	100%

O Concelho de Vagos apresenta 659 581 m de Rede Viária Florestal (RVF), tendo sido utilizado para este levantamento as vias com relevância DFCl, realizando-se uma hierarquização das mesmas.

Analisando os Quadros verifica-se que a RVF selecionada para efeitos de DFCl é maioritariamente de ordem complementar, no entanto a RVF de 2ª ordem encontra-se bem distribuída permitindo um rápido acesso a diversas áreas do Concelho.

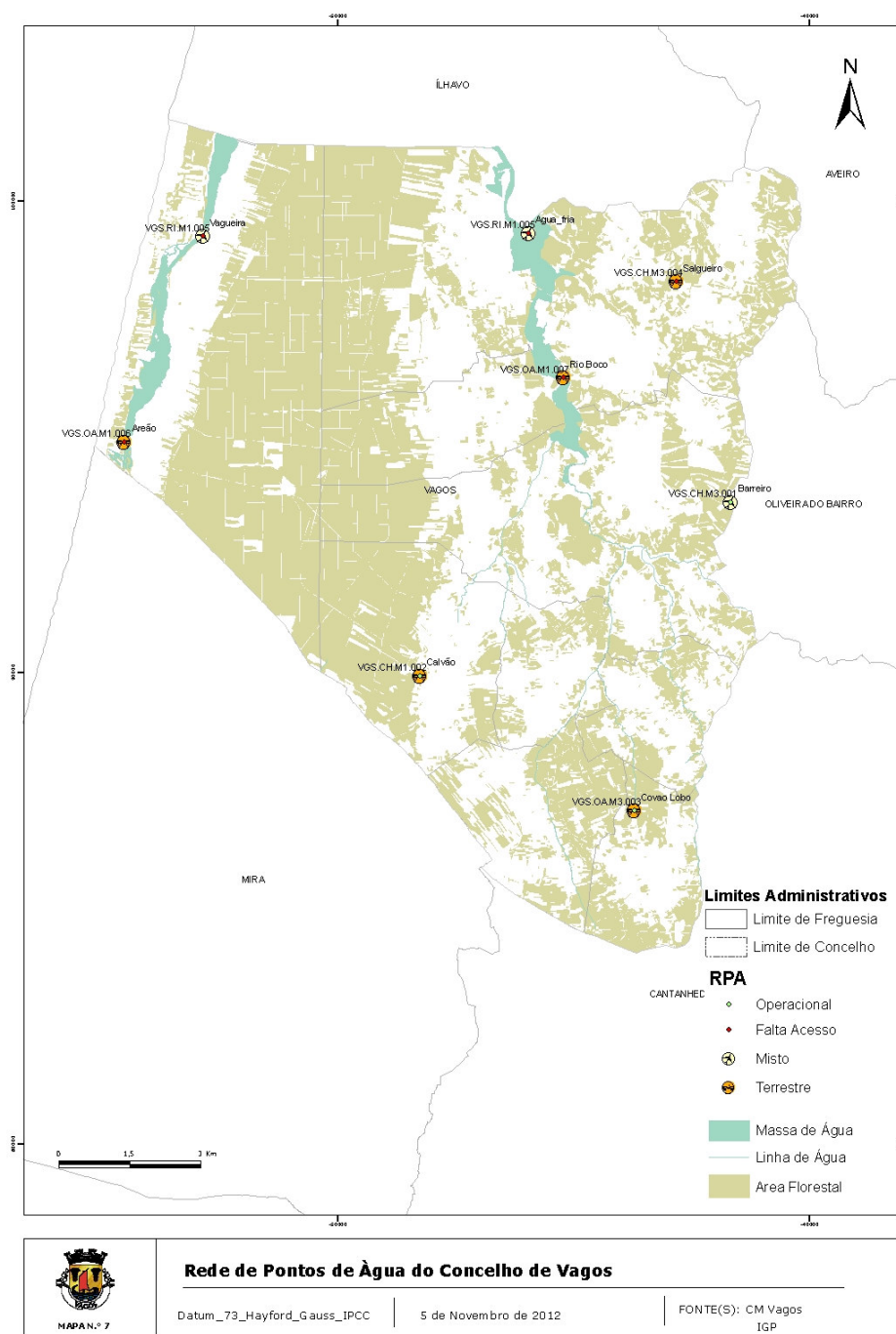
3.1.3 - Rede de pontos de água

A Rede de Pontos de Água (RPA) existente, a proximidade ao mar e à Ria de Aveiro favorecem uma cobertura adequada com capacidade para reabastecimento dos tanques dos meios de combate, o que pode ser determinante no apoio ao combate supressão de incêndios florestais. No Mapa 7 apresenta-se a sua distribuição geográfica (fotografias dos pontos de água no ANEXO 1).

De acordo com o Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de janeiro – “a rede de pontos de água” – constitui um o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios. As estruturas de armazenamento de água são construções ou equipamentos concebidos com a finalidade de armazenar água, em volumes de pequena dimensão, com localização independente da fisiografia do terreno e da rede hidrográfica. Podem ser fixas ou móveis.

As massas de água/planos de água constituem recursos hídricos superficiais, de dimensão muito variável, geralmente integradas na rede hidrográfica natural, com as características fundamentais de armazenamento e extração ou suscetíveis de utilização neste âmbito. Podem ser naturais ou artificiais.

As tomadas de água são pontos de ligação a redes de abastecimento de água canalizada, redes públicas, redes privadas e pontos de água existentes no próprio maciço. O concelho não dispõe de tomadas de água relevantes para o rápido abastecimento de viaturas, com exceção da Zona Industrial de Vagos.



Mapa 7 - Mapa da rede de pontos de água do Concelho de Vagos.

Atualmente, não existe uma rede assumida de pontos de abastecimento de água para combate a incêndios na área do Município. Este problema tem sido minimizado pela existência de várias viaturas de grande capacidade da corporação de Bombeiros

Voluntários de Vagos e pela existência de diversas superfícies naturais de água que permitem o abastecimento dos meios aéreos e terrestres.

No Quadro abaixo pode ser consultada a capacidade da RPA por freguesia.

Tabela 6 - Capacidade da Rede de Pontos de Água por freguesia

Freguesia	TIPO PA	Designação da RPA	Quantidade	Capacidade
Ouca	214	Charca	1	1050000
Calvão	214	Charca	1	100
Covão do Lobo	225	Linha de Água	1	3500
Salgueiro	214	Charca	1	32000
Gafanha da Boa Hora	222	Rio	1	-
	225	Linha de Água	1	-
Soza	225	Linha de Água	1	-
Vagos	222	Rio	1	100000

3.1.4. Silvicultura no Âmbito DFCI

No âmbito da silvicultura preventiva pretende-se intervir na área florestal com maior continuidade, área sujeita a Regime Florestal, para o efeito prevêem-se várias intervenções, através de fogo controlado, com a finalidade de aumentar a descontinuidade vertical e horizontal, das áreas definidas no anexo II, Mapa 8.

O plano de fogo controlado insere-se no âmbito do planeamento da defesa da floresta, para a Mata Nacional e Perímetro Florestal de Vagos. As zonas delimitadas para execução de fogo controlado estão inseridas no contexto local e de paisagem numa lógica intermunicipal de gestão de combustíveis florestais.

A área de intervenção é caracterizada por um relevo pouco acidentado, com uma vasta extensão de terreno plano, sendo o Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) a espécie florestal dominante.

O sub-coberto de um povoamento florestal constitui normalmente o principal veículo de propagação de incêndios. Os combustíveis de superfície determinam, a probabilidade de que um fogo de superfície se venha a transformar em fogo de copas. Portanto, propõe-se a intervenção para 2013 – 2014, pela entidade gestora da Mata, que procederá á gestão dos combustíveis das áreas, previamente identificadas a vermelho no anexo II, Mapa de Silvicultura Preventiva.

A tabela seguinte apresenta a calendarização das intervenções a realizar e os custos estimado.

Tabela 7 - Silvicultura preventiva no Âmbito DFCI

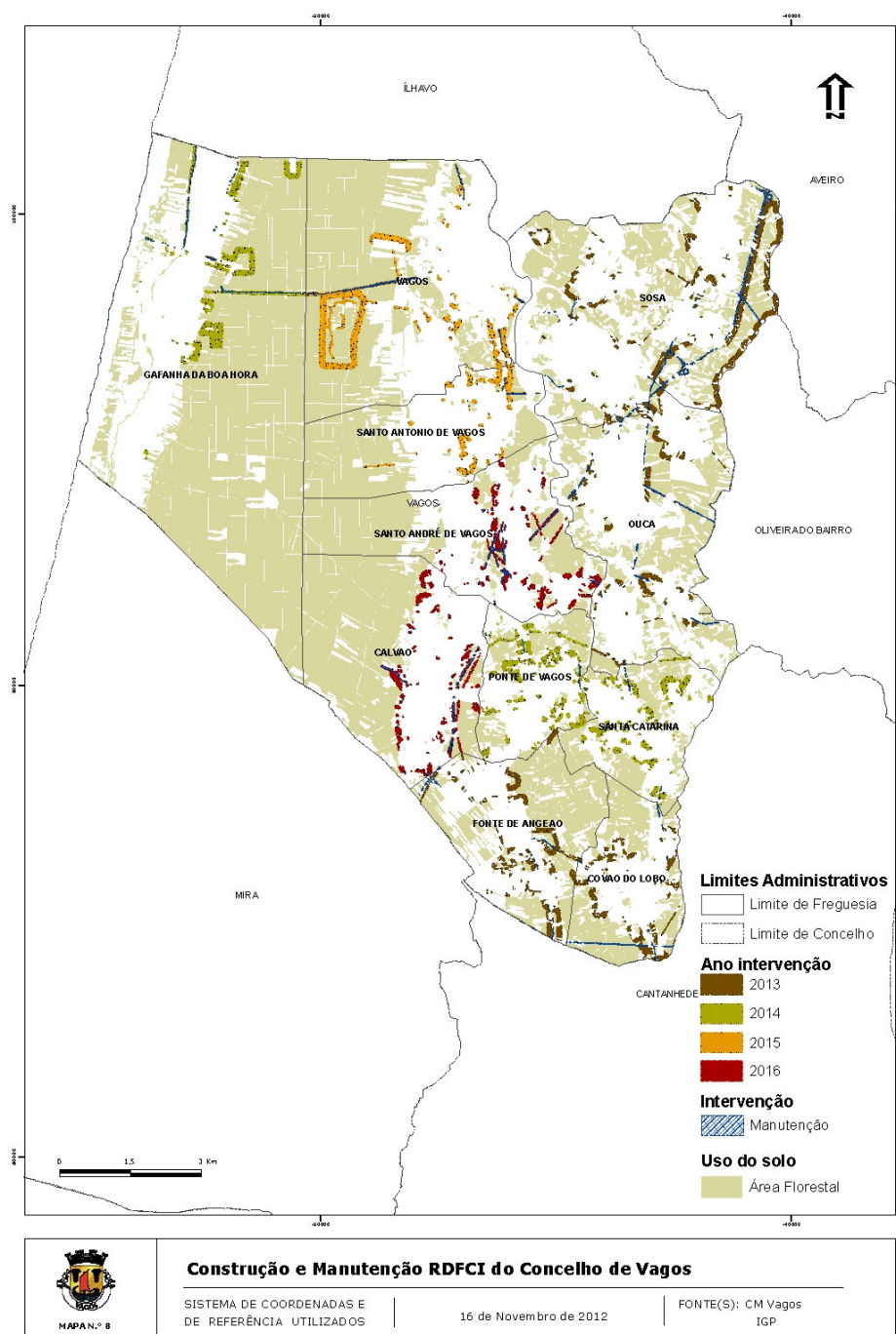
Gestão de Combustíveis	Execução	Parcela	Área (ha)
ICNF	2013	UP4	102,17
	2014	UP5	101,71

3.1.5. Construção e Manutenção da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

A definição da construção manutenção das FGC tem por base a relação entre as suscetibilidades do território aos incêndios e as ações de supressão do fogo. Assim, considera-se como área de intervenção prioritárias, todas as FGC, adjacentes ou incluídas, a manchas de povoamentos florestais contíguas a aglomerados populacionais.

No Mapa 8, apresenta-se a calendarização das intervenções nas FGC e as respetivas áreas encontram-se discriminadas no Quadro 5. No ano 2013 inicia-se a operacionalização do plano no terreno, finalizando a construção em 2017 proceder-se-á á sua manutenção nos anos seguintes. A monitorização de campo destas FGC deverá ser realizada anualmente, com o mesmo pressuposto de intervenção. Salienta-se que nas

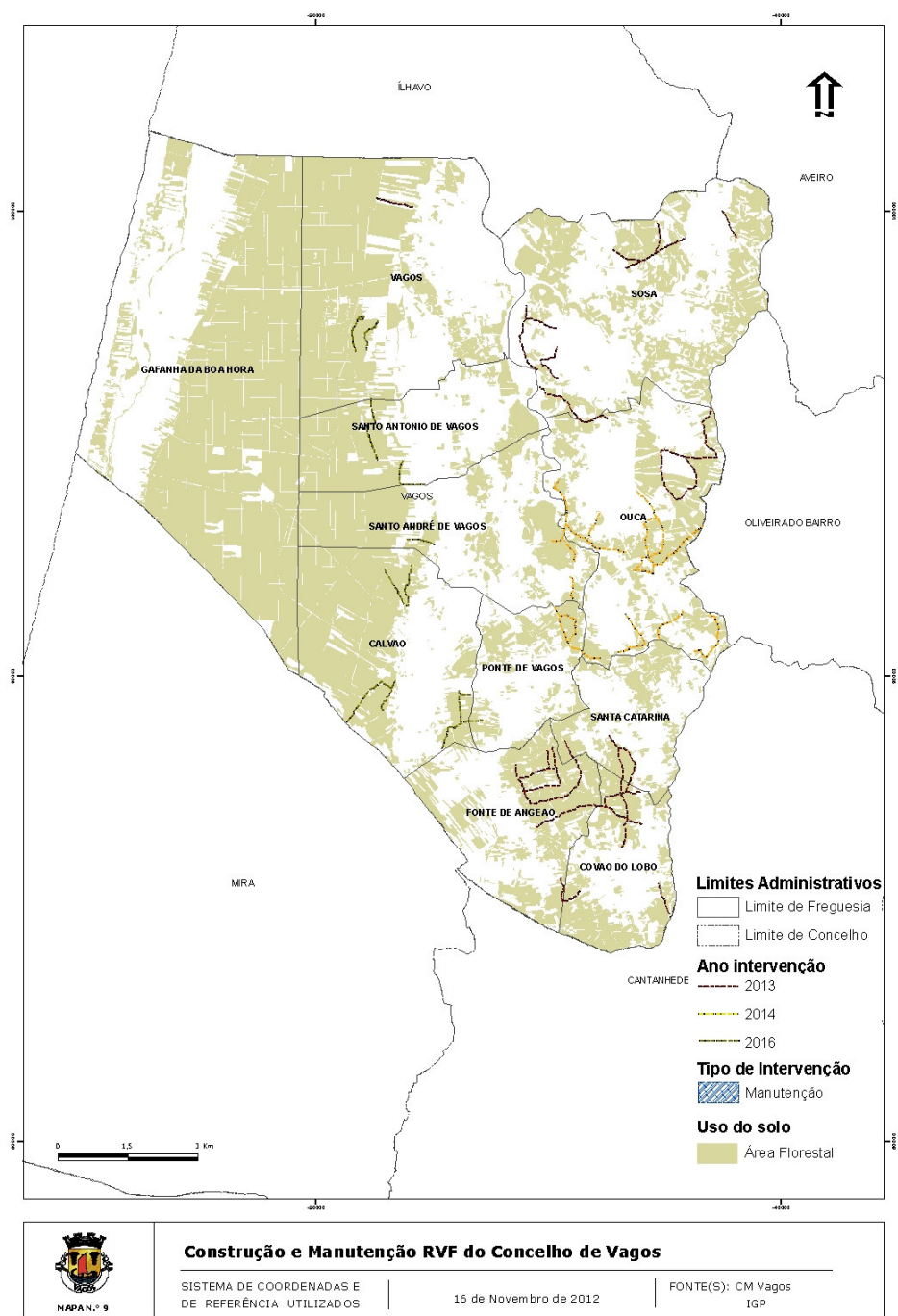
áreas de maior suscetibilidade ecológica, nomeadamente, a Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, a CMV em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade deverá assegurar o correto cumprimento da gestão de combustíveis, de forma a garantir a devida proteção do solo e assegurar boas práticas de conservação da flora e da fauna, na execução da obra.



Mapa 8 - Mapa de construção e manutenção de Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível do Concelho de Vagos para 2013 – 2017.

É importante alertar todas as entidades públicas e privadas para o facto de que, apesar do planeamento proposto para a criação e manutenção das FGC nas datas referidas, isso não as isenta da necessidade de intervenções nas faixas onde ocorra um crescimento anormal de combustíveis.

Novas edificações no espaço florestal ou rural apresentam-se condicionadas nos termos do Art.º 16.º do DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro. As novas edificações são permitidas desde que não colidam com as áreas classificadas no PMDFCI de perigosidade de incêndio Alta e Muito Alta, e não colidam com áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos. Quando permitidas, deverão garantir uma distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo.



Mapa 9 - Mapa de construção e manutenção da Rede Viária Florestal do Concelho de Vagos para 2013 – 2017.

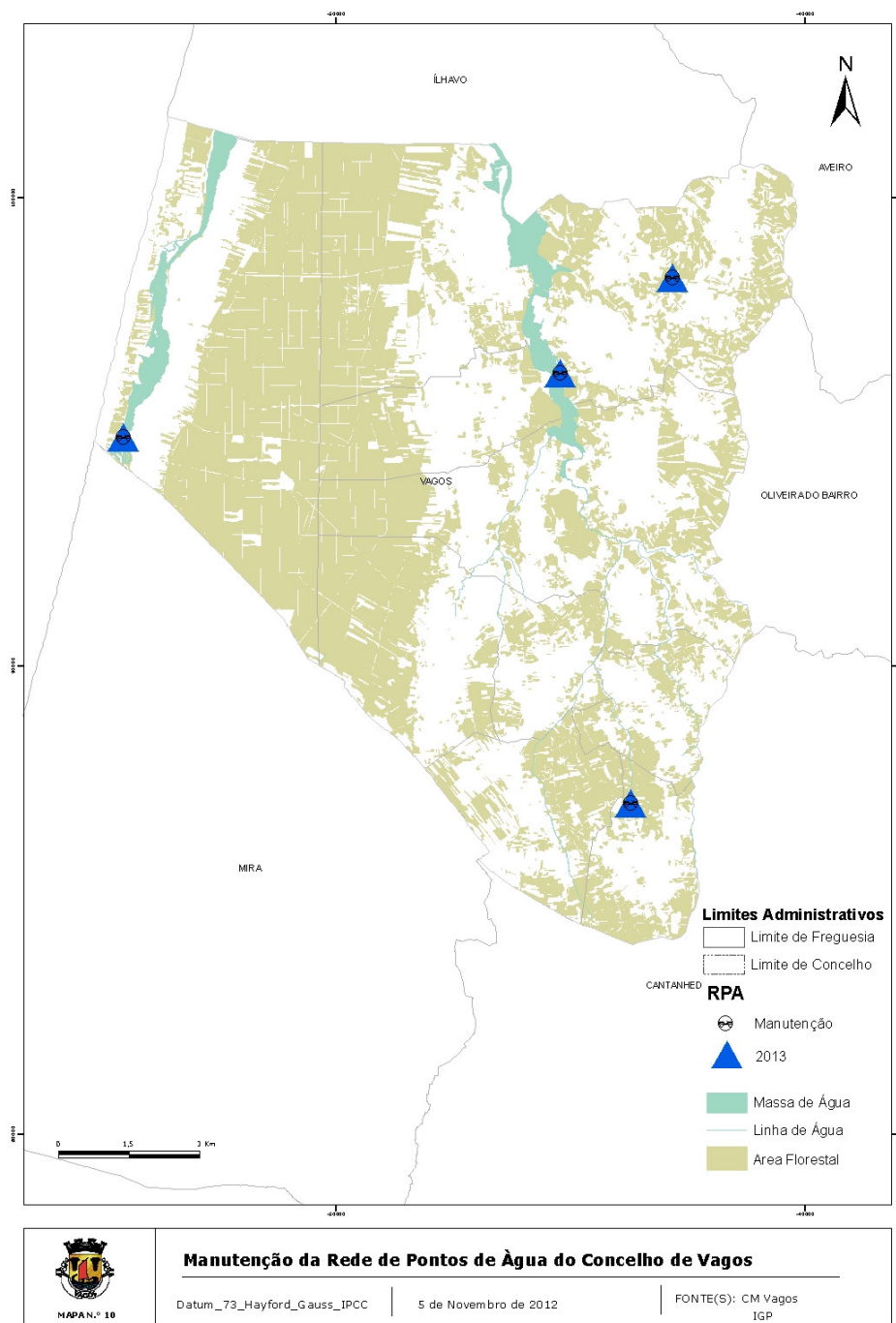
Na seguinte tabela apresenta-se a distribuição do comprimento total das vias da RVF, com intervenção, para o horizonte de planeamento apresentado, nas freguesias do Concelho.

Tabela 8 - Distribuição da Rede Viária por Freguesia.

		Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção				
		2013	2014	2015	2016	2017
Freguesia	Classes da RVF	C.I. (m)	C.I. (m)	C.I. (m)	C.I. (m)	C.I. (m)
Calvão	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	-	-	-	6494	-
	Sub-total	-	-	-	6494	-
Covão do Lobo	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	4580	-	-	-	-
	Sub-total	4580	-	-	-	-
Fonte de Angeão	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	9451	-	-	-	-
	Sub-total	9451	-	-	-	-
Gafanha da Boa Hora	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	-	-	-	-	-
	Sub-total	-	-	-	-	-
Ouça	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	4766	-	12956	-	-
	Sub-total	4766	-	12956	-	-
Ponte de Vagos	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	-	2408	-	128	-
	Sub-total	-	2408	-	128	-
Soza	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	11649	-	-	-	-
	Sub-total	11649	-	-	-	-
Vagos	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	810	-	-	2847	-
	Sub-total	810	-	-	2847	-
Santo António de Vagos	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	-	-	-	2508	-
	Sub-total	-	-	-	2508	-
Santo André de Vagos	1ª Ordem	-	-	-	-	-
	2ª Ordem	-	-	-	-	-
	Complementar	-	2840	-	659	-

	Sub-total	-	2840	-	659	-
	1ª Ordem					
	2ª Ordem					
Santa Catarina	Complementar	2864	248			
	Sub-total	2864	248			
	Total 1ª ordem			-		-
	Total 2ª ordem			-		-
	Total Complementar	34120	18452		19944	-
	Total	34120	18452		19944	-

O Mapa 10 indica a localização dos pontos de água do Concelho que serão sujeitos a manutenção ou beneficiação.



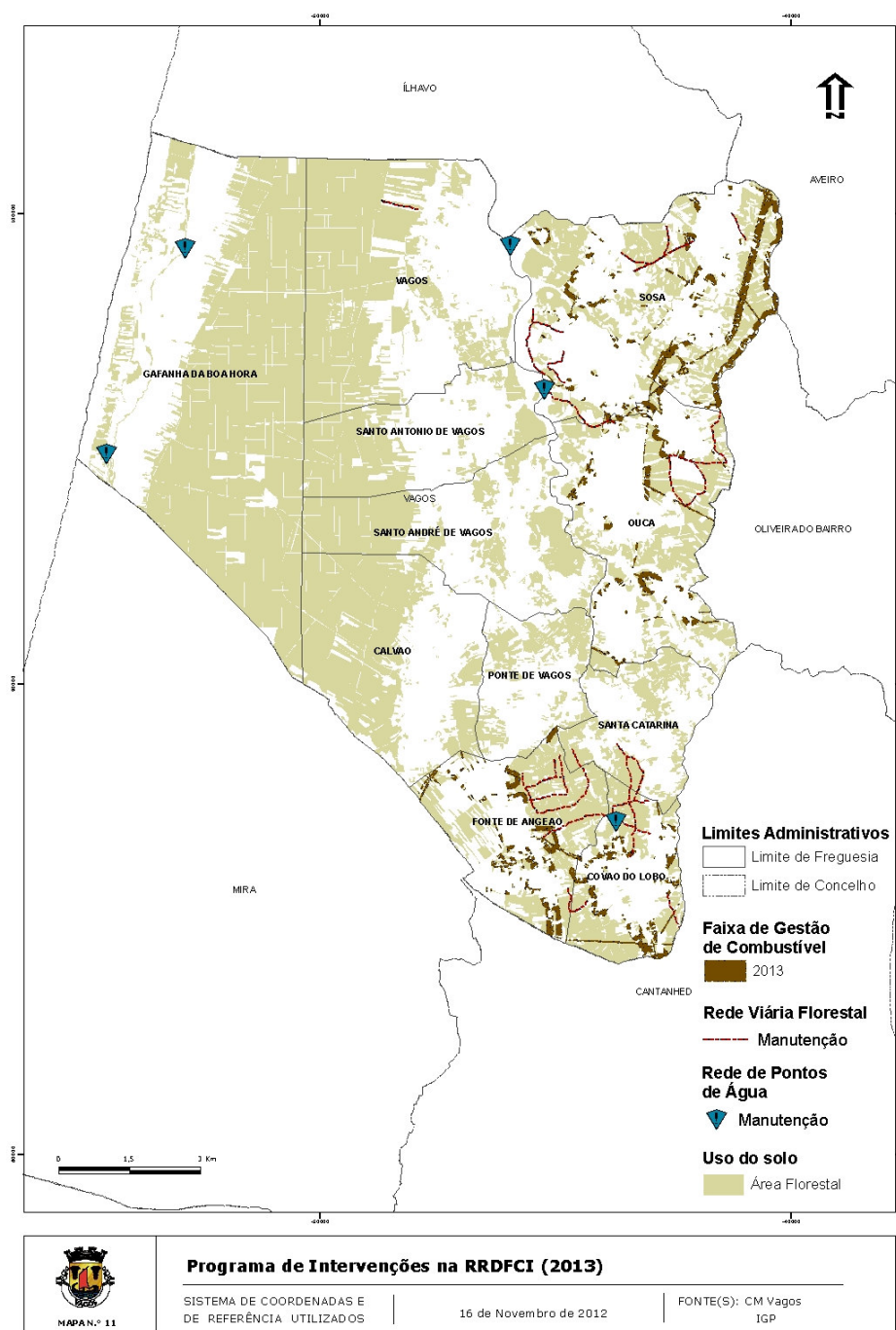
Mapa 10 - Mapa de construção e manutenção da Rede Pontos Água do Concelho de Vagos para 2013.

Tabela 9- Intervenções na Rede de Pontos de Água.

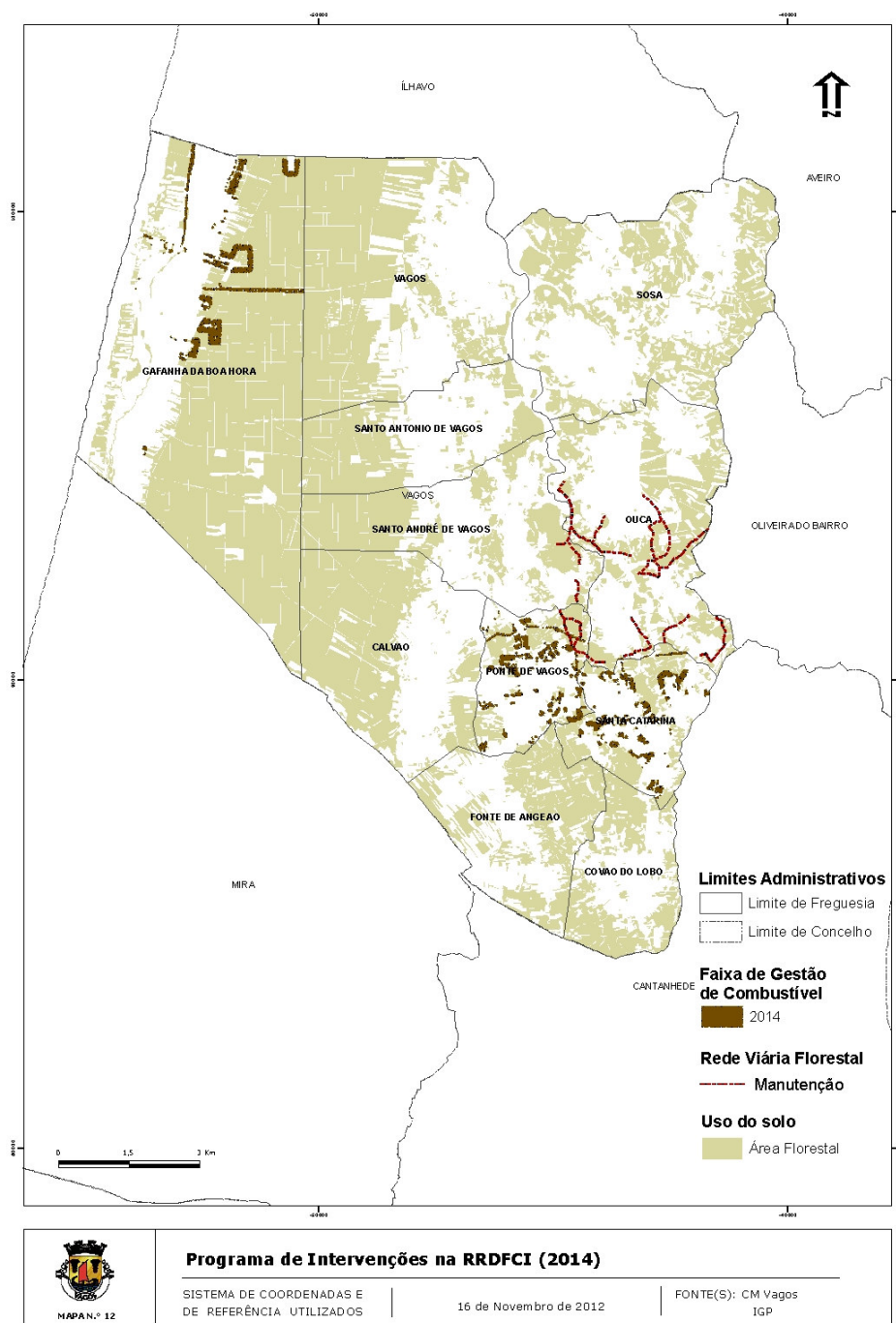
Freguesia	TIPO PA	Designação da RPA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção M – Manutenção
				2013
Calvão	214	Charca	100	-
Covão do Lobo	225	Outros Cursos de Água	3500	M
Ouca	214	Charca	1050000	-
Soza	214	Charca	32000	M
Soza	225	Outros Cursos de Água	-	M
Vagos	222	Rio	1000000	-
Gafanha da Boa Hora	222	Rio	-	M
	225	Outros Cursos de Água	-	-

3.1.5. Mapas Síntese

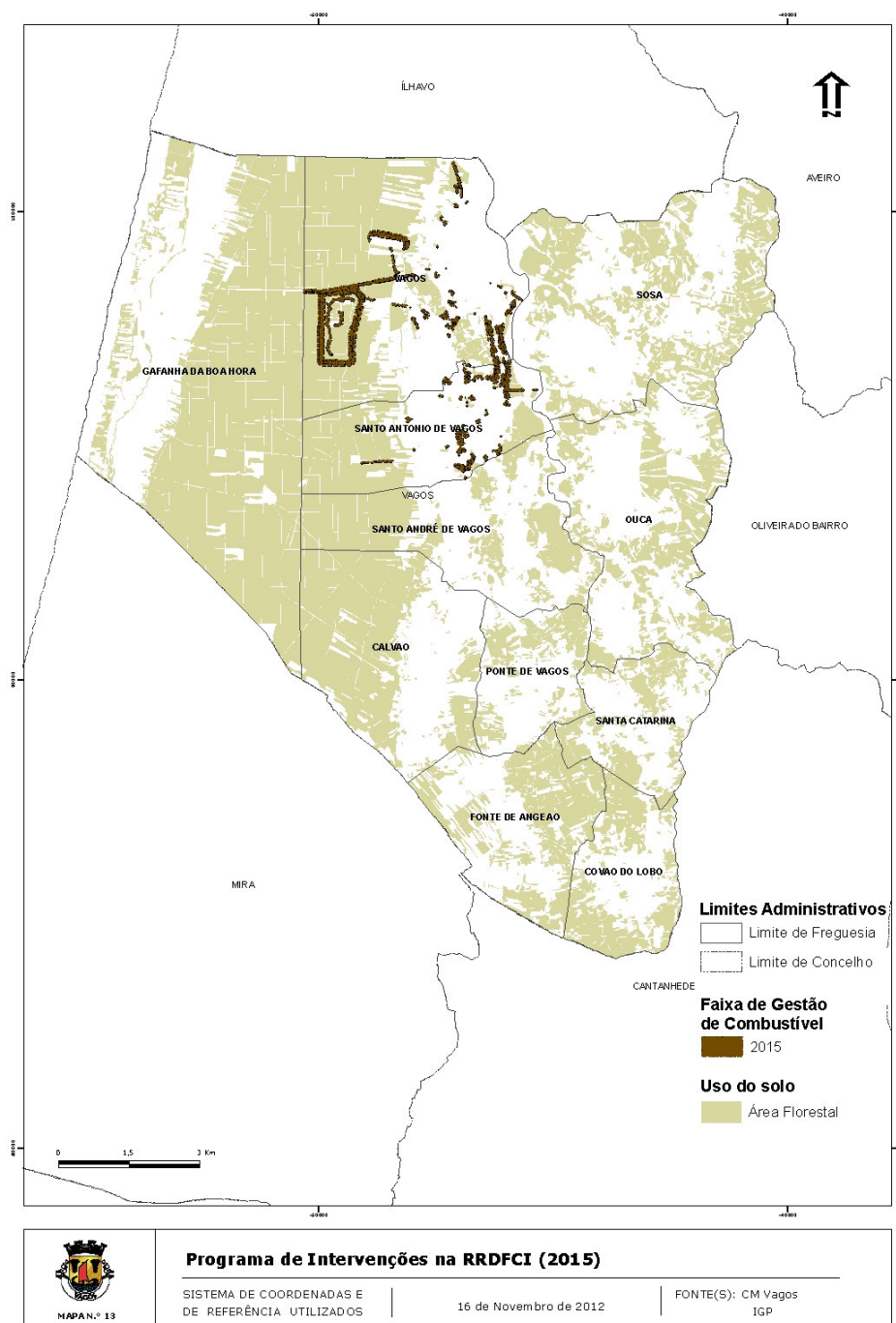
No âmbito das intervenções preconizadas nos programas de ação e com o objetivo de facilitar a operacionalidade das intervenções a realizar no Concelho, são apresentados mapas síntese seguintes, com a identificação das intervenções a realizar anualmente.



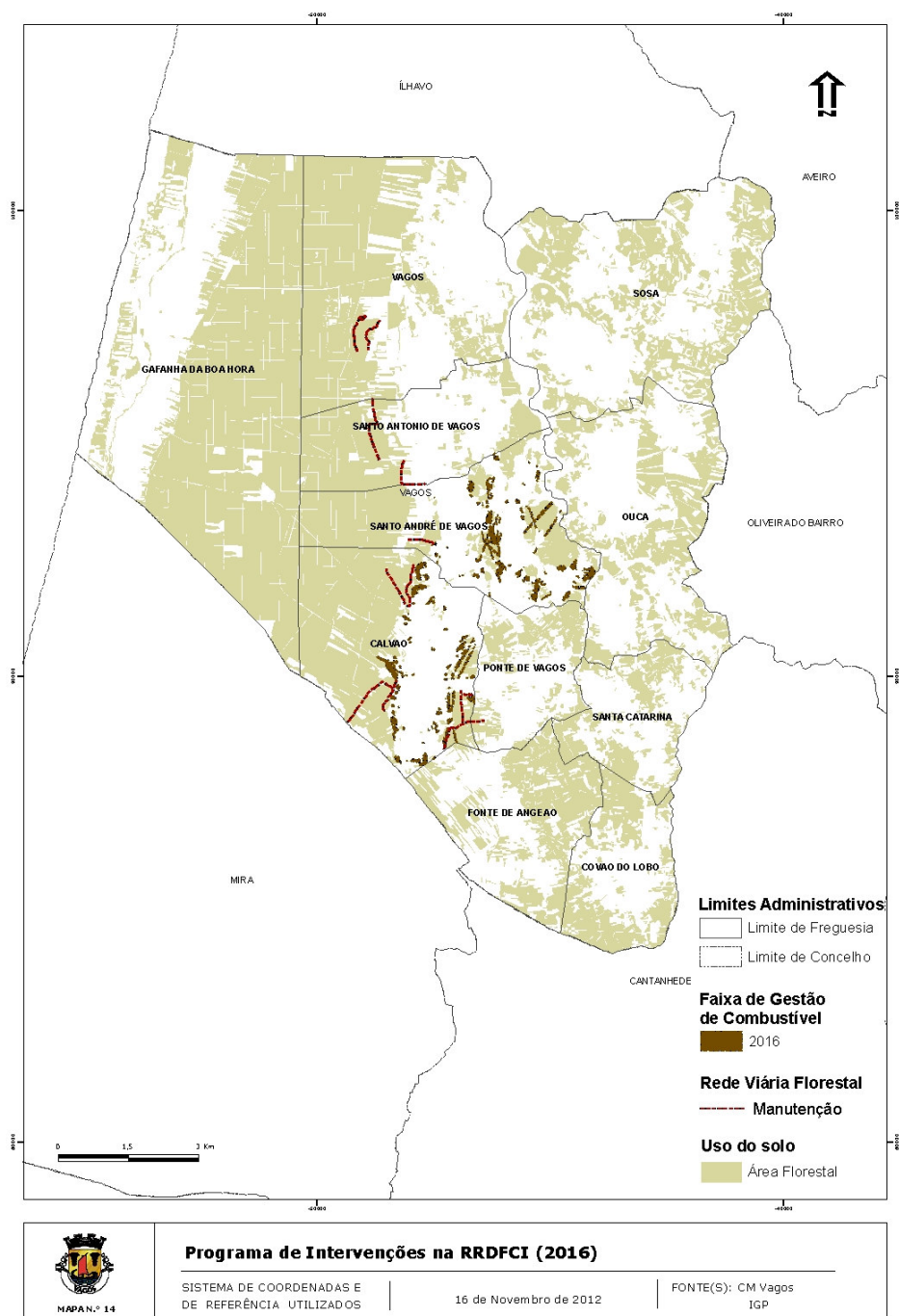
Mapa 11 - Mapa de intervenções da rede de DFCl do Concelho de Vagos para 2013.



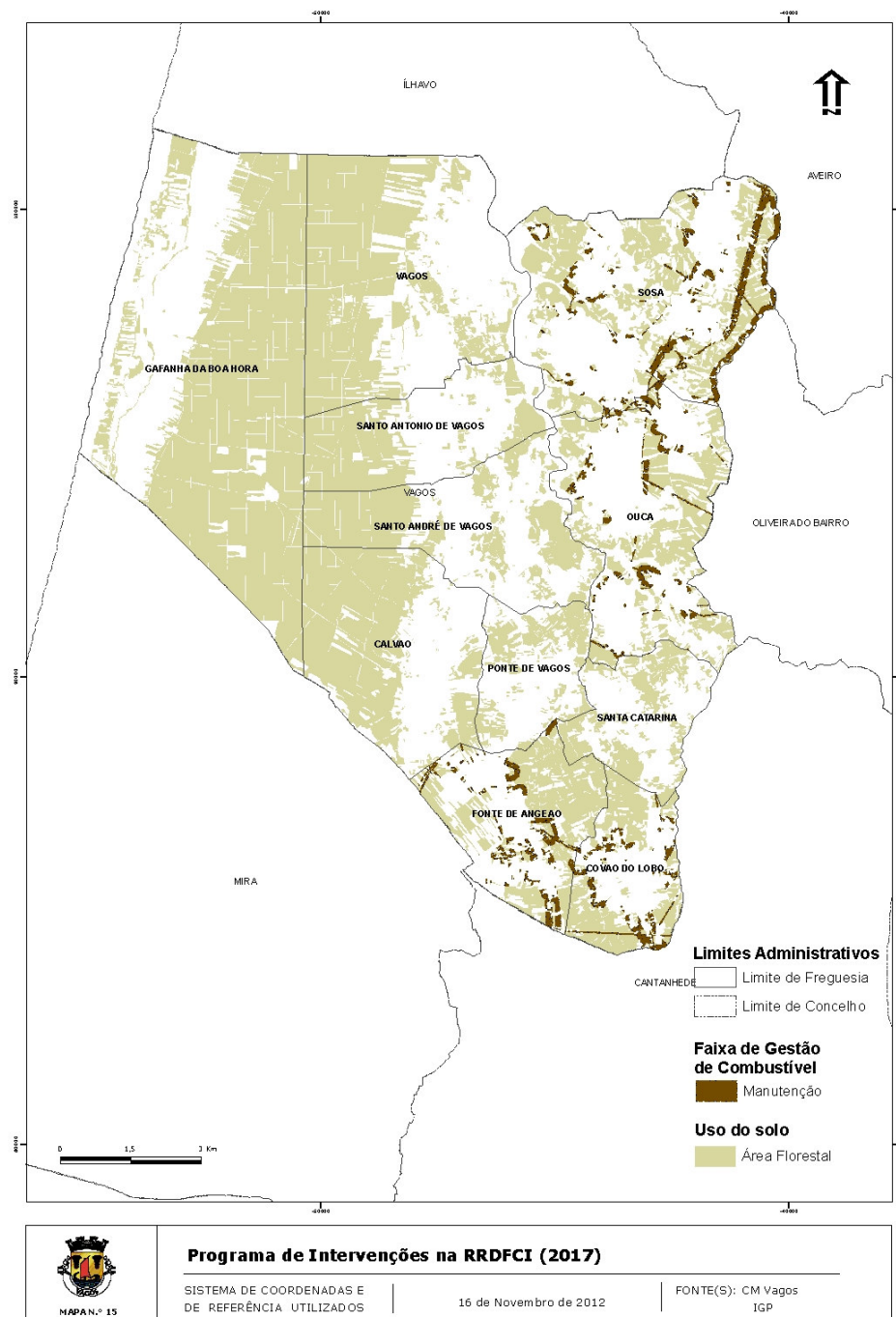
Mapa 12 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2014.



Mapa 13 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2015.



Mapa 14 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2016.



Mapa 15 - Mapa de intervenções da rede de DFCI do Concelho de Vagos para 2017.

3.1.6. Metas, Indicadores, Orçamento e Responsáveis

As ações previstas assentam, sobretudo, na promoção da gestão de combustíveis através da construção e manutenção de faixas de gestão de combustíveis, bem como na beneficiação de alguns troços de estrada da RBVF identificados como tendo uma importância na estratégia DFCI. As ações pretendem incidir em áreas propensas a danos materiais e humanos, em situação de incêndio.

Na Tabela 10 apresenta-se o programa operacional das ações previstas e na Tabela 11 o respetivo orçamento e os responsáveis pela execução.

Tabela 10 - Metas e Indicadores

Meta	Ação				
	2	3	4	7	14
	Indicador (ha) - 2013				
CAO			4,36		
CDO	164,7		8,92		
MAO		0,01	22,16	8,42	
MDO		75,6	2,31		
QQQ					101,71
	Indicador (ha) - 2014				
CAO			0,95		
CDO	90,51		3,83		
MAO				8,36	
MDO		34,13			
QQQ					99,58
	Indicador (ha) - 2015				
CAO			0,86		
CDO	54,04		3,26		
MAO				12,08	
MDO		40,34			
	Indicador (ha) - 2016				
CAO			1,05		
CDO	59,61		3,36		
FRC			0,16		
MAO			10,64	14,67	
	Indicador (ha) - 2017				
CAO			4,36		
CDO	164,75		8,92		
MAO		0,01	22,16	8,42	
MDO		75,60	2,31		
2	Agglomerados populacionais				
3	Parques e polígonas industriais e outros				
4	Rede viária florestal				
7	Linha distribuição energia elétrica				
14	Silvicultura DFCI				

Tabela 11 - Orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, 2013 – 2017

Ação	Metas	2013		2014		2015		2016		2017	
		O (€)	R	O (€)	R	O (€)	R	O (€)	R	O(€)	R
Implementação e manutenção de Aglomerados populacionais	368,94	60747,95	Prop. Arr. Usuf	33383,71	Prop. Arr. Usuf	19932,11	Prop. Arr. Usuf	21986,55	Prop. Arr. Usuf	60766,39 *	Prop. Arr. Usuf
Implementação e manutenção de parques e polígonos industriais	150,10	27887,99	Entidade Gestora	12588,51	Entidade Gestora	14879,01	Entidade Gestora		Entidade Gestora	27887,99 *	Entidade Gestora
Implementação e manutenção da FGC (Rede Viária Florestal)	61,90	13923,71	EP CM	1763,055	EP CM	1519,621	EP CM	5610,056	EP CM	13923,71 *	EP CM
Rede Distribuição Energia Elétrica	43,78	3105,633	EDP REN	3083,502	EDP REN	4455,587	EDP REN	5410,883	EDP REN	3105,633 *	EDP REN
Beneficiação da rede viária	66021		CM	11071	CM	-	CM	8070	CM	-	CM
Manutenção de pontos de água	4	8000	Prop.	-	-	-	-	-	-	-	-

Os valores de referência (€/ha) são estabelecidos pela Comissão de Acompanhamento para as Operações Florestais CAOF (2011)

Prop. – Proprietários

O – Orçamento

R – Responsáveis

* - Manutenção

Arr. – Arrendatário

Usuf. – Usufrutuário

EP – Estradas de Portugal

CM – Câmara Municipal de Vagos

EDP – Eletrecidade de Portugal

REN – Rede Elétrica Nacional

O objectivo primordial da Gestão de Combustível compreende a redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais, através da redução/modificação dos combustíveis. Reduzindo a intensidade de um fogo, pelo corte manual ou mecânico do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo) e posterior remoção ou destroçamento.

3.2 - REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

Uma implementação cuidada ao nível da prevenção tem como objetivo primordial diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo das ignições como ao nível da propagação. Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é nesse sentido que a prevenção deverá incidir, assim como, reforço da fiscalização do cumprimento da lei e pela dissuasão dos comportamentos de risco e, pela adequação da ação policial.

Através de ações de sensibilização e informação da população, bem como, promoção do correto uso do fogo é de extrema importância educar a população em geral para que reconheça que a floresta é um bem comum a todos, com valor ambiental, económico e social. É necessário inculcar-lhe a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

Objetivo estratégico:

- Educar e sensibilizar as populações

- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos operacionais:

- Sensibilização da população

- Sensibilização e educação escolar

- Fiscalização

As áreas sujeitas a gestão de combustíveis, pretendem diminuir o risco de ignição e propagação de, incêndios, com especial incidência nas áreas de interface urbana florestal, assim como os incêndios de origem em queimas agrícolas descontroladas. Os grandes incêndios no concelho, registam-se nas áreas florestais de grande extensão, portanto, ao promover o distanciamento das infraestruturas e edificações para com estas áreas, promove-se a diminuição do risco de dano causado pelo fogo.

Quadro 1 – Comportamento de Risco - Diagnóstico

Grupo-alvo	Comportamento de Risco			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
População Geral	Uso do fogo incorreto	Confeção de alimentos	Município de Vagos	Primavera Verão
População escolar	Uso do fogo incorreto	Queima de sobrantes	Município de Vagos	Primavera Verão
Turista/campista	Uso do fogo	Cigarro fogueira	Município de Vagos	Anual
Agricultor/Proprietário florestal	Uso do fogo incorreto	Queima de sobrantes	Município de Vagos	Primavera Verão
Comissões de festas	Negligência	Lançamento de fogueiras	Município de Vagos	Anual
Automobilista	Negligência	Cigarro fogueira	Município de Vagos	Anual

A fiscalização, relativamente ao número de autos levantados em 2012, apresenta os seguintes números:

	Gestão Combustíveis	Uso do Fogo
• Tipologia		
• Processos Instruídos	2	7
• Contra-ordenações	2	7
• Não enquadrados	0	0
• % Processos de contra-ordenação e processos instruídos.	100	100

3.2.1 - Sensibilização

Importa atuar junto da população na consciencialização e alerta para os reais perigos que representam algumas práticas, muitas vezes aliadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

Quadro 2 - Sensibilização – Metas e indicadores

Grupo-alvo	Metas	Indicadores				
		2013	2014	2014	2015	2013
População Geral	Divulgação da legislação em vigor DL 124/2006 revogado DL 17/2009	Elaboração e Distribuição de 1000 Trípticos. Site da CM. Manual GC.	Site da CM Manual GC	Elaboração e Distribuição de 1000 Trípticos. Site da CM. Manual GC.	Site da CM. Manual GC	Elaboração e Distribuição de 1000 Trípticos. Site da CM. Manual GC.
População Escolar	Alerta - Comportamentos de risco negligentes no uso do fogo.	Sensibilização nas escolas	Sensibilização nas escolas	Sensibilização nas escolas	Sensibilização nas escolas	Sensibilização nas escolas
Turista/Campista	Informação – ignições/incêndios na interface urbano-florestal	Sensibilização – Legislação em vigor	Sensibilização – Legislação em vigor	Sensibilização – Legislação em vigor	Sensibilização – Legislação em vigor	Sensibilização – Legislação em vigor
Agricultor/ Proprietário florestal	Sensibilização fogueiras, queimas e queimadas – Legislação em vigor	Publicidade nos órgãos de comunicação locais; Sensibilização no Concelho	Publicidade nos órgãos de comunicação locais; Sensibilização no Concelho	Publicidade nos órgãos de comunicação locais; Sensibilização no Concelho	Publicidade nos órgãos de comunicação locais; Sensibilização no Concelho	Publicidade nos órgãos de comunicação locais; Sensibilização nas 11 freguesias
Comissões de festas	Proibição do lançamento de foguetes – Legislação em vigor	Sensibilização - proibição do lançamento de foguetes	Sensibilização - proibição do lançamento de foguetes	Sensibilização - proibição do lançamento de foguetes	Sensibilização - proibição do lançamento de foguetes	Sensibilização - proibição do lançamento de foguetes
Automobilista	Ações de divulgação direccionadas aos automobilistas da projeção indevida de cigarros incandescentes.	Elaboração de 30 cartazes e colocação nas 11 freguesias	Elaboração de 30 cartazes e colocação nas 11 freguesias	Elaboração de 30 cartazes e colocação nas 11 freguesias	Elaboração de 30 cartazes e colocação nas 11 freguesias	Elaboração de 30 cartazes e colocação nas 11 freguesias

Tabela 12 - Sensibilização – orçamentos e responsáveis

Grupo-alvo	Responsável	Estimativa de orçamento (€)				
		2013	2014	2015	2016	2017
População Urbana	CM de Vagos – GTF					
	GNR	1000	-	1000	-	1000
	Juntas de Freguesia					
População escolar	CM de Vagos – GTF					
	GNR	200	200	200	200	200
	Bombeiros Voluntários de Vagos Escolas					
Turista/Campista	CM de Vagos – GTF					
	GNR	550	550	550	550	550
	Juntas de Freguesia					
Agricultor/Proprietário florestal	CM de Vagos – GTF					
	GNR	600	600	600	600	600
	Juntas de Freguesia					
	Bombeiros Voluntários de Vagos					
Comissões de festas	CM de Vagos – GTF	-	-	-	-	-
Automobilista	CM de Vagos – GTF	100	100	100	100	100
	GNR					
Total (€)		2450	1450	2450	1450	2450

3.2.2 - Fiscalização

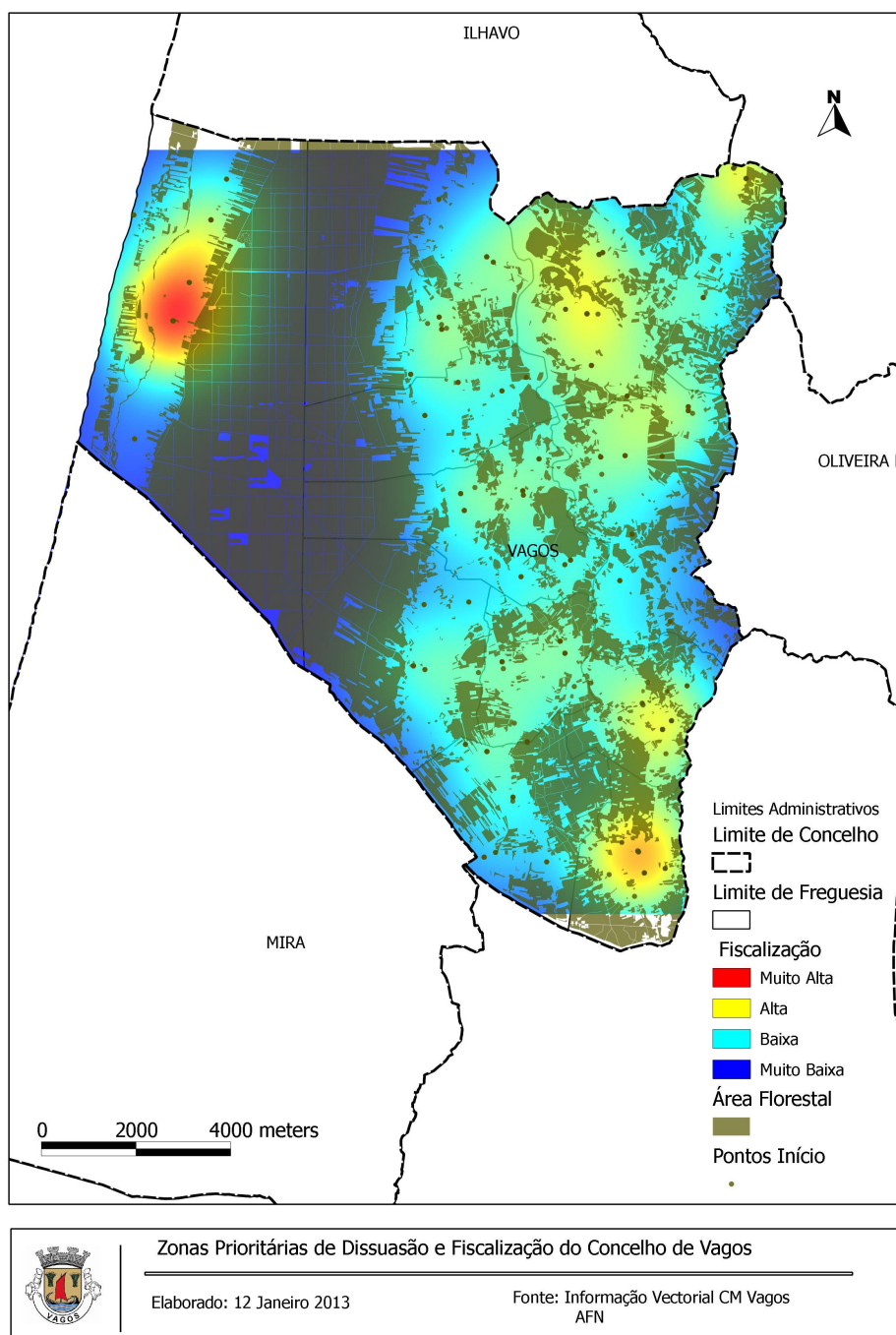
Para além da sensibilização da população torna-se necessária uma definição das áreas de atuação para que exista uma fiscalização eficiente, assim como a determinação de grupos-alvo, bem como o desenvolvimento de atividades em função dos comportamentos de risco presentes no Concelho.

A capacidade de fiscalização será tão mais eficaz quanto melhor seja a integração de um conjunto de medidas e atitudes que se prendem, entre outras, com a coordenação ao nível das entidades competentes de todas as ações de fiscalização, tendo por base o conhecimento local da comunidade.

A fiscalização a realizar deverá incidir sobre o horário das 13:00 às 17:00, por serem estas as horas da semana que apresentam maior número de ocorrências. Deverá também ser direcionada para o cumprimento, para além do uso fogo, do disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, no que respeita à rede secundária de faixas de gestão de combustível.

O mapa seguinte, elaborado através da distribuição e incidência do número de pontos prováveis de início, apresenta as zonas prioritárias de fiscalização. Ordenado com escala de muito alta a muito baixa, e através da representação da área florestal do concelho, verifica-se a necessária prioridade de fiscalização na Gafanha da Boa-Hora, próximo à Mata Nacional de Vagos, nas áreas registadas a vermelho e amarelo.

.



Mapa 16 – Mapa de Zonas Prioritárias de Fiscalização e Dissuasão do Concelho de Vagos.

Quadro 3 - Fiscalização – Metas e Indicadores

	Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
				2013	2014	2015	2016	2017
Área de influência - Município de Vagos	Avaliar junto dos aglomerados os locais onde as FGC não foram efetuadas	Cumprimento das FGC do PMDFCI	Área de FGC em incumprimento	<25%	<20%	<15%	<10%	<5%
	Áreas prioritárias de fiscalização, causas e de incêndio e áreas florestais afetadas	Durante a época crítica os espaços rurais são percorridos pelas patrulhas da GNR	Freguesia fiscalizadas	11 freguesias	11 freguesias	11 freguesias	11 freguesias	11 freguesias
	Verificação de Fogueiras, Queimas e Queimadas	Ausência de Fogueiras, Queimas e Queimadas durante o Período Crítico	Nº de ocorrências	0	0	0	0	0
	Lançamento de foguetes e balões de mecha acesa	Não se verifica o lançamento de foguetes e balões de mecha acesa	Festas em que se verifica o lançamento de foguetes e balões	0	0	0	0	0

Quadro 4 - Fiscalização – Orçamentos e Responsáveis

Área de influência - Município de Vagos	Ação	Responsável	Orçamento				
			2013	2014	2015	2016	2017
Área de influência - Município de Vagos	Avaliar junto dos aglomerados os locais onde as FGC não foram efetuadas	CM GNR	**	**	**	**	**
	Áreas prioritárias de fiscalização, causas dos incêndios e áreas florestais afetadas	GNR	**	**	**	**	**
	Averiguação de Fogueiras, Queimas e Queimadas	CM GNR	**	**	**	**	**
	Lançamento de foguetes e balões de mecha acesa	GNR	**	**	**	**	**
** Despesas afetas aos serviços das entidades							

3.3 – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

De forma a existir um dispositivo organizado e pronto para a mobilização preventiva de meios, há que ter em conta a disponibilidade e características dos recursos existentes, para que se garanta uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

A determinação preliminar de canais de comunicação, formas de procedimento, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades intervenientes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Objetivos estratégicos:

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção
- Adequação da capacidade de 1ª Intervenção
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.

Objetivos operacionais:

- Estruturar e gerir a vigilância e deteção como um sistema integrado
- Estruturar a nível municipal e distrital de 1.ª intervenção
- Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo
- Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.

3.3.1 Meios e Recursos

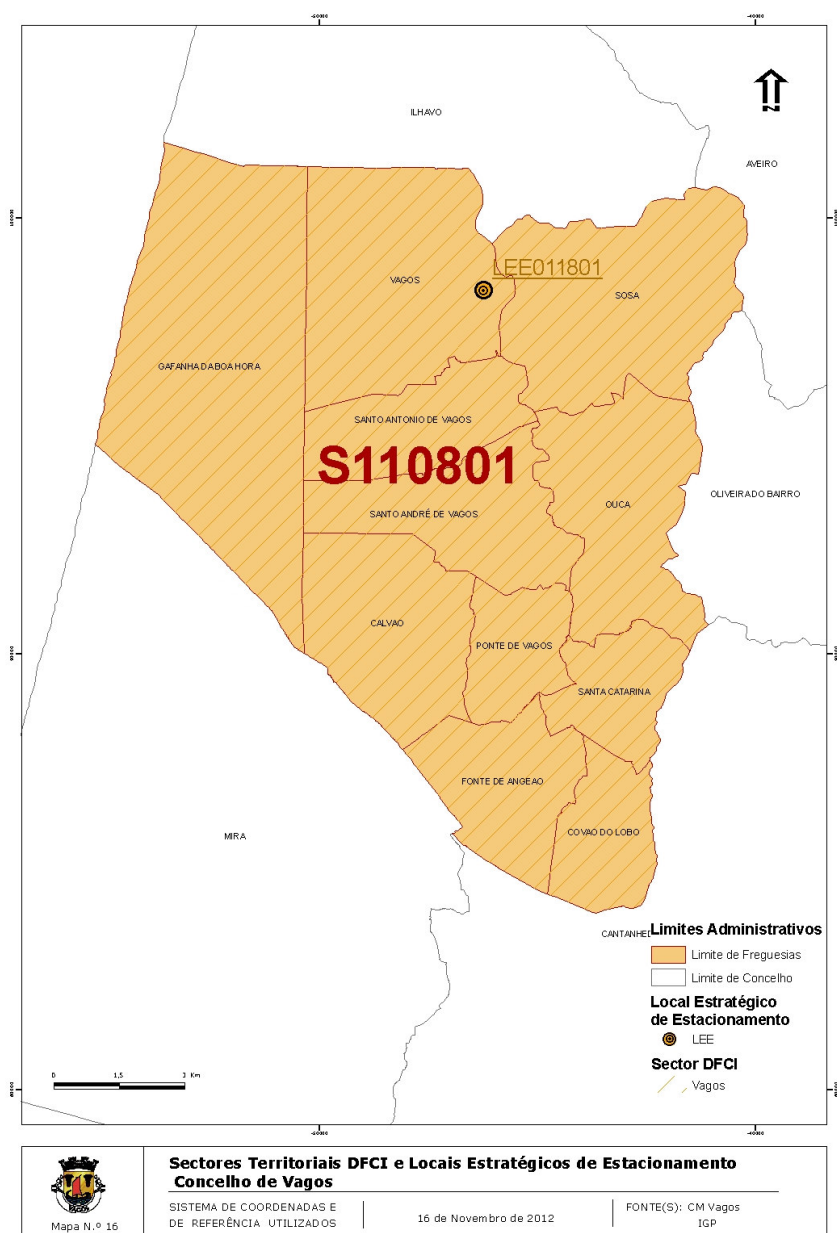
Neste parâmetro pretende-se elaborar a listagem das entidades envolvidas nas ações de vigilância e deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo. Pretende-se também fazer um inventário de equipamentos e ferramentas de sapador, maquinaria pesada e dispositivos operacionais (funções e responsabilidades).

Tabela 13 – Meios e recursos, ação e inventário de equipamento e ferramenta de sapador

		Identificação da Equipa	Recursos humanos (nº)	Período de atuação	Tipo de viatura			Equipamento de supressão hidráulico			Ferramenta de sapador						
Ação	Entidade				4x4	4x2	Motociclo	Capacidade de água (l)	Potência (Hp)	Comprimento Total de mangueiras (m)	Foição	Motosserra	Ancinho	Pá/Machado	Enxada	Abafador	Bomba dorsal
1ª Intervenção	Bombeiros Voluntários de Vagos	ECIN + ELAC	7	ECIN E ELAC Fase Charlie EIP/ano	1 VLCI			500		60		1	1	1/1	1		
			7			1VTTU		9000								1	
			14			1VTTU		12500		260				1	1		1
			14		1 VFCI		3.300										
			14		1 VFCI		3.000		200			1	1/1	1			
Combate Rescaldo Vigilância pós-incêndio		total	85	ano	2 VFCI 2 VLCI 2 VCDT 1 VETA 1 VTPA	3 VTTU 1 VTGC		49000		120	4	7	7	5/5		7	2
Vigilância e Detecção	GNR	EPNA/EPF	5 2	Maio a outubro			2										
1ª Intervenção Rescaldo Vigilância pós-incêndio		GIPS	5		1*			700		100	1		1	1	1	1	1
					Helicóptero *			900									

3.3.2 -Setores Territoriais DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

O objetivo estratégico de melhorar a eficácia do ataque, e da gestão de incêndios, implica o zonamento do território do Concelho em setores de DFCI. Estes setores constituem parcelas contínuas de território municipal, relativamente às quais deverão ser definidas as entidades responsáveis pelas ações no âmbito da atividade DFCI.



Mapa 17 - Mapa dos setores territoriais de DFCI e LEE do Concelho de Vagos.

3.3.3 - Vigilância e Detecção

A vigilância do território visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. A rápida deteção de incêndios, através dos Postos de Vigia, visa promover a rápida intervenção das entidades na 1ª intervenção.

No Município de Vagos não se verifica a presença de postos de vigia, no entanto, existem postos de vigia vizinhos, sendo os mais próximos:

- Posto de Vigia do Areão (43-04), situado na freguesia de Mira, concelho de Mira, que permite uma visibilidade total sobre o Município;
- Posto de Vigia de S. Gião (43-05), situado na freguesia de Lemedede, concelho de Cantanhede.

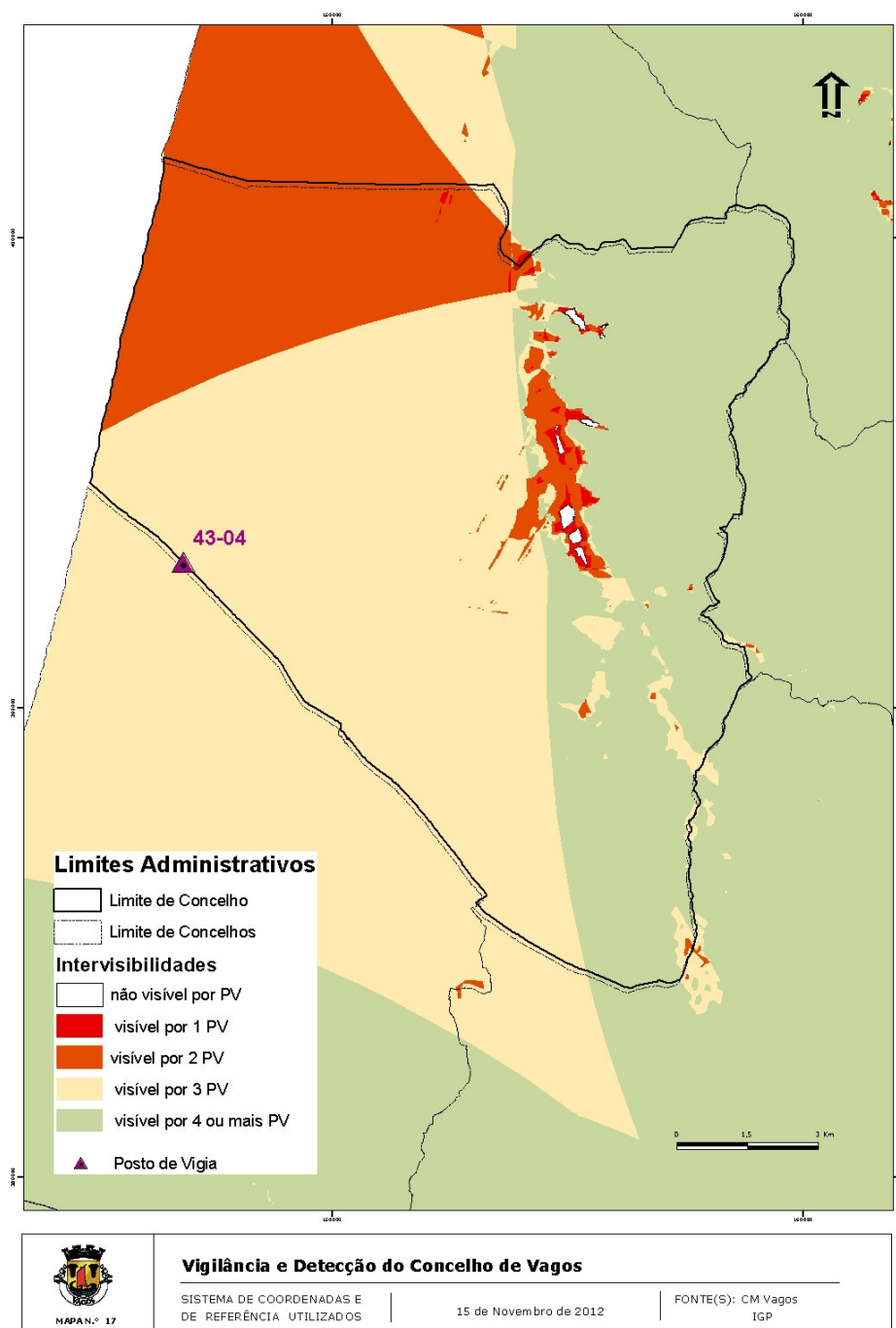
A tabela 14 apresenta o Índice entre o n.º de incêndios florestais e número total de equipas de vigilância e deteção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.

Tabela 14 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção.

2011	Fase Alfa	Fase Bravo	Fase Charlie	Fase Delta	Fase Echo
Índice	6	11	17,5	12	5

Através da análise da tabela, verifica-se um maior índice de incêndios florestais por equipa e n.º de elementos de 1.ª intervenção na fase Charlie.

A rede de vigilância e deteção de incêndios, do mapa seguinte, apresenta o cruzamento das áreas observadas por Posto de Vigia, respetivas intervisibilidades. O LEE não apresenta as condições necessárias de posto de observação, respetivamente, altura e visibilidade, pelo que não será considerado para a elaboração mapa seguinte.



Mapa 18 - Mapa da Vigilância e Detecção do Concelho de Vagos.

A tabela seguinte apresenta o índice relativo ao número de ocorrências, anual, e o número de equipas definidas para a época respetiva (Fase). Verifica-se, de que, os valores apurados se apresentam próximos, permitindo concluir que as equipas conseguem responder às ocorrências solicitadas.

Tabela 15 – Índice (número de ocorrências florestais e numero de equipas).

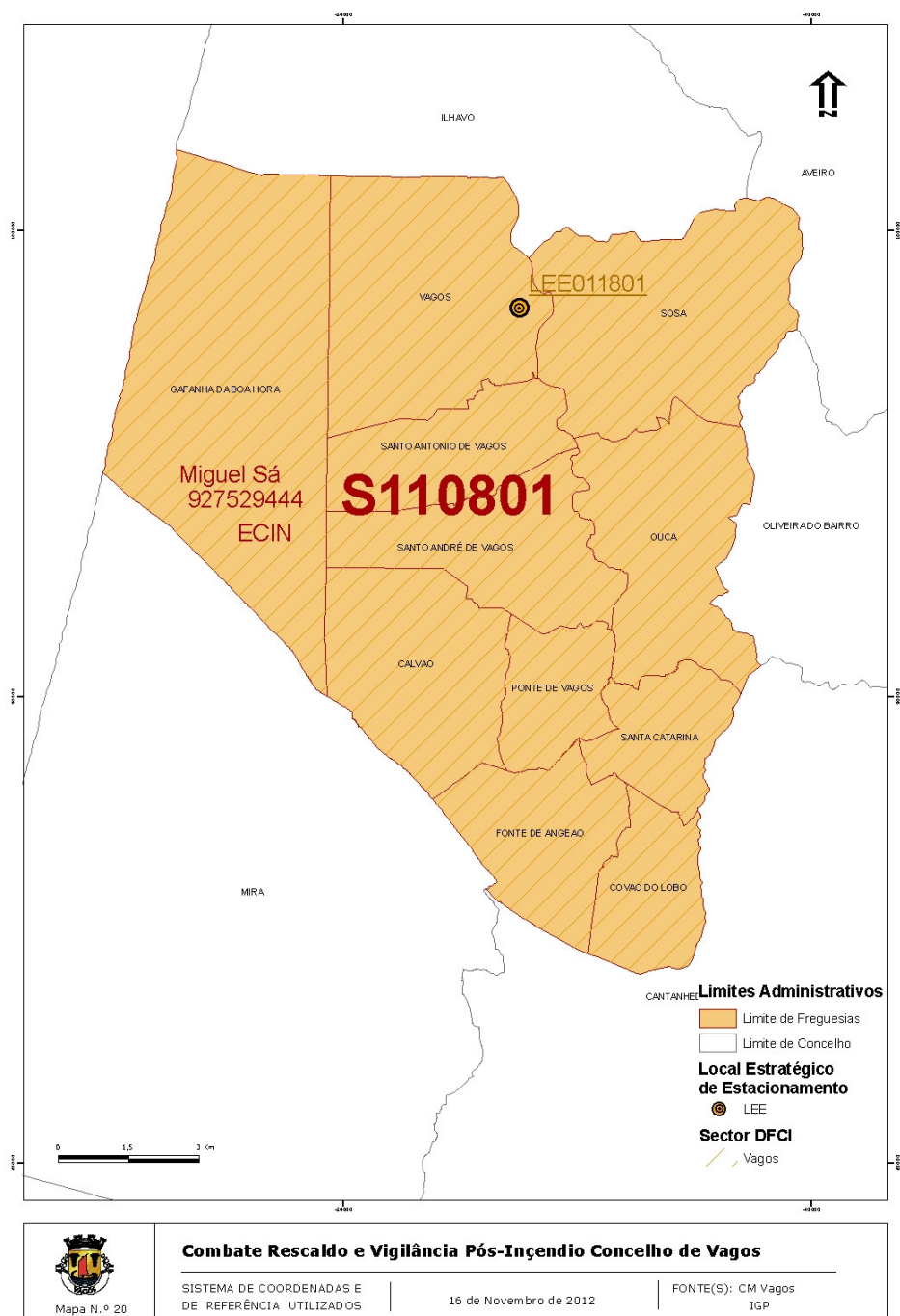
2011	Fase Alfa	Fase Bravo	Fase Charlie	Fase Delta	Fase Echo
Incêndios	6	11	35	12	5
Equipas 1ª Intervenção	2	3	5	4	2
Índice	3	5,5	8,75	4	5

3.3.5 - Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

A tabela seguinte apresenta o número de reacendimentos anual, sendo de referir, de que o ano de 2005 apresentou o maior número de ocorrências e área ardida.

Tabela 16 – Reacendimentos.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Reacendimento	2	1	0	5	1	2	1	0	0	0



Mapa 20 - Mapa de Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio do Concelho de Vagos.

3.3.6. Planeamento das Ações

A necessidade de se promover a ação concertada de todas as entidades com responsabilidades no desenvolvimento de ações de vigilância, combate e rescaldo, exige que se defina de forma rigorosa todas as ações que deverão ser implementadas durante a vigência do PMDFCI, de forma a otimizar-se a eficácia do ataque e gestão dos incêndios. Para tal, recorre-se uma vez mais, à definição de ações, metas e indicadores, o que torna possível não só planificar a atividade da CMDF no que se refere ao esforço da melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, como também facilitar o acompanhamento da operacionalização das diferentes ações.

Quadro 5 – Planeamento das Ações – Metas e Indicadores.

Área de influência - Município de Vagos	Ação	Metas	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
	Vigilância e deteção	Promoção da Vigilância ativa, PV, Equipas Intervenção e Voluntariado	Diminuição do tempo deteção <25% (2012)	Diminuição do tempo deteção <20% (2013)	Diminuição do tempo deteção <15% (2014)	Diminuição do tempo deteção <10% (2015)	Diminuição do tempo deteção <5% (2016)
	Primeira Intervenção	Diminuir o tempo de chegada (percentual) às ocorrências.	Distribuição estratégica das equipas no concelho	Distribuição estratégica das equipas no concelho	Distribuição estratégica das equipas no concelho	Distribuição estratégica das equipas no concelho	Distribuição estratégica das equipas no concelho

Caderno II

	Rescaldo e Vigilância	Diminuição de reacendimento	<25%	<20%	<15%	<10%	<5%
	Pós-Incêndio	Reforço da Vigilância	Aumento do número de Vigilantes	Aumento do número de Vigilantes	Aumento do número de Vigilantes	Aumento do número de Vigilantes	Aumento do número de Vigilantes

Quadro 6 – Planeamento das Ações – Orçamento e responsáveis.

Área de influência - Município de	Ação	Responsável	Orçamento					
			2013	2014	2015	2016	2017	
	Vigilância e deteção	GNR – PV						
		BVV (Equipas de Voluntários **)	*	*	*	*	*	
	Primeira Intervenção	BVV	*	*	*	*	*	
		GNR						
	Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	Diminuição de reacendimentos	*	*	*	*	*	
		Voluntariado **	*	*	*	*	*	
	* Despesas afetas aos serviços das entidades			** Solicitados pelas Entidades Responsáveis				

3.4 – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSSISTEMAS

Objetivos estratégicos:

Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivos operacionais:

Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.

Os incêndios florestais contribuem para a destruição dos ecossistemas e habitats naturais, para a libertação do CO₂ e consequente aumento do efeito de estufa, perda de biodiversidade e a longo prazo, desertificação devido ao aumento da exposição do solo às condições climáticas.

Urge portanto, alertar a população para os danos ocasionados pelos incêndios, de forma a, também, contribuírem para a diminuição destas ocorrências.

Adoção de boas práticas de Gestão Pós-Fogo

Em caso de ocorrência de incêndios, cada proprietário deve seguir boas práticas de gestão pós-fogo como forma de minorar os efeitos negativos dos incêndios florestais, em especial no solo e nos recursos hídricos.

Após um incêndio florestal os proprietários ou produtores florestais deverão adotar uma conduta correta ao nível da remoção das madeiras queimadas, de forma a mitigar os impactos negativos dos incêndios.

Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo

Após os incêndios torna-se essencial estimar no terreno quais os impactes produzidos pelos mesmos. Para além das ações imediatas de gestão pós-fogo, uma apreciação rigorosa permitirá a implementação de estratégias com vista à recuperação das áreas ardidas e respetivos ecossistemas de forma sustentada.

Conceção de planos de reabilitação e recuperação das áreas ardidas

Após avaliação dos impactes dos incêndios nas áreas afetadas e definida uma estratégia de reabilitação a longo prazo, a fase seguinte passa pela elaboração de planos de reabilitação e recuperação de áreas ardidas.

3.5 – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Objetivos estratégicos:

Operacionalizar a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

Objetivos operacionais:

Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico

Ações:

Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações

Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI

Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos

Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento

Deve articular-se o processo de combate aos incêndios florestais entre todos os agentes e entidades intervenientes, para que as ações sejam atempadas e prudentes. Neste sentido, deve haver uma capacidade de gestão integrada para a monitorização das ações de defesa da floresta contra incêndios.

A estrutura orgânica e funcional visa o aperfeiçoamento do sistema municipal de deteção e de comunicação de incêndios florestais, demovendo os comportamentos de risco, o corte e a remoção de biomassa vegetal combustível em áreas estratégicas, o reforço da formação dos agentes intervenientes em matéria de prevenção, incluindo a primeira intervenção e a sensibilização e informação da população, de forma a diminuir os riscos de eclosão e propagação do fogo, promovendo a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

As entidades intervenientes, que integram o dispositivo operacional, devem, em sede de reunião da CMDF, indicar as respectivas necessidades de formação, e respectivos elementos a frequentar.

3.5.1. – Organização SDFCI

As entidades que fazem parte do dispositivo operacional devem ter presente as suas funções e responsabilidades no âmbito do SDFCI.

O próximo Quadro descreve as entidades intervenientes no SDFCI no Concelho, identificando as competências de coordenação e as competências significativas, no que concerne aos três eixos estruturantes de intervenção:

- Prevenção Estrutural (planeamento de DFCl, organização do território, silvicultura e infraestruturas, sensibilização e divulgação);
- Prevenção Operacional (vigilância e patrulhamento, deteção, fiscalização, investigação de causas);
- Combate (1ª intervenção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio).

Cronograma das reuniões da CMDF de Vagos

jan fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez
*

O período de vigência do PMDFCI de Vagos, estabelece-se de 2013 a 2017 (5 anos), de acordo com o Despacho n.º 4345/2012, de 27 de Março. Os vários elementos do PMDFCI que necessitem de atualização e revisão decorrentes das alterações verificadas ao nível do território, uso do solo, incêndios florestais e das alterações produzidas pelo POM, será efectuado anualmente. A monitorização e revisão do PMDFCI, de acordo com o mesmo Despacho, será da responsabilidade da CMDF de Vagos e a sua elaboração e revisão ficará a cargo do Gabinete Técnico Florestal.

O Plano Operacional Municipal (POM) é aprovado até ao dia 15 de abril de cada ano, sendo sempre aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Município de Vagos.

Quadro 7 – Entidades Intervenientes no SDFCI, e competências na implementação das diferentes ações.

Entidades	Competências
BVV	- Avaliar e indicar carências operacionais necessárias - Prestar apoio nas ações de sensibilização e divulgação no que respeita ao uso do fogo - Atualizar os meios e recursos disponíveis
GNR / SEPNA	- Acompanhar e fiscalizar as ações de gestão de combustíveis no município - Manter atualizado os meios e recursos disponíveis
ICNF	Prestar o apoio técnico necessário nas ações de gestão de combustíveis, e nas ações de recuperação e reabilitação de espaços florestais.
SMPC GTF	- Garantir a coordenação de todas as entidades intervenientes - Operacionalizar e acompanhar as ações de silvicultura preventiva, nomeadamente as ações de gestão de combustíveis nas faixas de gestão de combustíveis e beneficiação de caminhos florestais - Operacionalizar campanhas de sensibilização.

A progressiva melhoria da estrutura orgânica e do funcionamento coordenado das entidades no ataque e combate aos incêndios, apresenta-se diretamente correlacionada com o reforço da formação dos agentes intervenientes. O reforço da primeira intervenção permite contribuir para a diminuição do risco de eclosão e propagação do fogo através da melhoria do ataque e diminuição do tempo de intervenção, o reforço das técnicas e métodos de combate, formação contínua, promove a eficácia da intervenção dos agentes no combate dos incêndios.

A tabela seguinte apresenta o programa de formação capaz de direcionar e potenciar os elementos das diversas entidades, para o Concelho de Vagos, por ano, para o período de vigência do PMDFCI. A tabela não indica o número de elementos, e respetivas entidades, com necessidade de formação, dado, de que, os mesmos não foram fornecidos atempadamente pelos agentes.

Tabela 17 – Programa de Formação - Orçamento Anual

Ação	Metas	Orçamento (€) *				
		2013	2014	2015	2016	2017
Formar os agentes envolvidos na vigilância, primeira intervenção e combate a incêndios	As equipas de vigilância e de primeira intervenção frequentam ações de formação no 1º trimestre de cada ano	*	*	*	*	*
	As equipas de combate realizam as necessárias ações de formação anualmente.	*	*	*	*	*
	* Despesas decorrem do normal funcionamento das entidades					

A estimativa de orçamento resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico do PMDFCI, para o desenvolvimento das atividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada ação. Esta estimativa contribui para uma análise global do investimento em DFCI em cada município, por eixo estratégico, para cada ano do período de vigência do PMDFCI.

O quadro seguinte apresenta a estimativa de orçamento, por eixo estratégico, por ano, para o período de vigência do PMDFCI (2013-2017).

Quadro 8 – Orçamento Total (euros).

EIXO	2013	2014	2015	2016	2017
1	159366	107823	68800	110414	123072,5
2	2450	1450	2450	1450	2450
3	*	*	*	*	*
4	*	*	*	*	*
5		8000	8000	8000	8000
Total	161816	117273	79250	119864	133522,5

ANEXOS

ANEXO I

Fotografias de Rede de Pontos de Água (RPA)



Fotografia 1 – Ponto de Água de Calvão



Fotografia 2 – Ponto de Água de Ouça

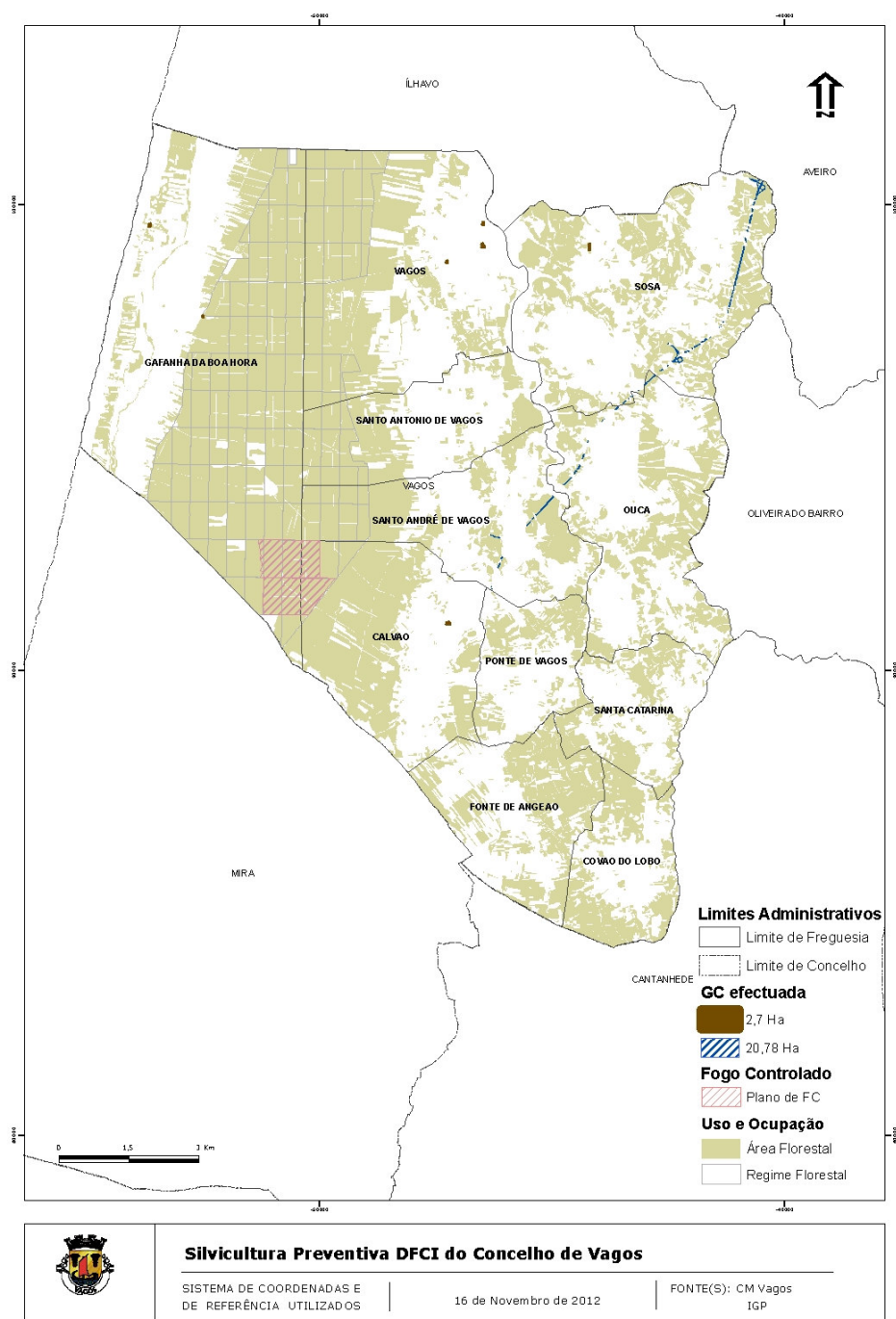


Fotografia 3 – Ponto de Água de Covão do Lobo



Fotografia 4 – Ponto de Água de Salgueiro

ANEXO II



Mapa de Silvicultura Preventiva para o Concelho de Vagos

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA DO CONCELHO DE VAGOS



Caderno II – PLANO DE AÇÃO

Gabinete Técnico Florestal de Vagos